



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL – FSSO  
BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

ANA KAROLINA ALCANTARA DA COSTA

**CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL, REESTRUTURAÇÃO  
PRODUTIVA CONTEMPORÂNEA E NEOLIBERALISMO: a tríade  
problemática que sustenta o sistema sociometabólico do capital na  
atualidade.**

MACEIÓ – AL  
2023

ANA KAROLINA ALCANTARA DA COSTA

**CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL, REESTRUTURAÇÃO  
PRODUTIVA CONTEMPORÂNEA E NEOLIBERALISMO: a tríade  
problemática que sustenta o sistema sociometabólico do capital na  
atualidade.**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Faculdade de Serviço  
Social (FSSO), da Universidade Federal  
de Alagoas(UFAL), como requisito para  
obtenção do grau de Bacharel em  
Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mariana Alves  
de Andrade.

MACEIÓ – AL

2023

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecária: Girlaine da Silva Santos – CRB-4 – 1127

C837c Costa, Ana karolina Alcantara da.  
Crise estrutural do capital, reestruturação produtiva contemporânea e neoliberalismo: a tríade problemática que sustenta o sistema sociometabólico do capital na atualidade / Ana karolina Alcantara da Costa. – 2023.  
62 f. : il.

Orientadora: Mariana Alves de Andrade .  
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social) –  
Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Maceió,  
2023.

Bibliografia: f. 60- 62.

1. Capital. 2. Crise estrutural do capitalismo. 3. Reestruturação produtiva.  
4. Neoliberalismo. I. Título.

CDU: 330.342.14



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL  
COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**



Folha de Aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas.

---

**DISCENTE: ANA KAROLINA ALCANTARA DA COSTA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 07/12/2023

Título: **CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA CONTEMPORÂNEA E NEOLIBERALISMO**: a tríade problemática que sustenta o sistema sociometabólico do capital na atualidade.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mariana Alves de Andrade (ORIENTADORA)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Islânia Lima da Rocha

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Edivânia Francisca de Melo

## RESUMO

O trabalho ora apresentado tem como objetivo estudar o conceito de crise estrutural do capital em sua relação com a reestruturação produtiva contemporânea e com o neoliberalismo em uma perspectiva de saturação do sistema, tal como abordada por Mézáros e outros autores como Giovanne Alves e Cristina Paniago. É uma pesquisa de cunho bibliográfico. O estudo realiza, de início, uma análise do modo de funcionamento do sistema do capital e mostra a eclosão de crises como modo natural de desenvolvimento deste sistema que auxiliam na permanência de sua lógica de autorreprodução ampliada. Em seguida, demonstra como ocorre a ativação dos limites absolutos do capital e, por consequência, o surgimento da crise estrutural no século XX e seus efeitos na sociedade. Posteriormente, investiga o comportamento do sistema do capital diante da crise estrutural, onde foi identificada uma reestruturação em suas bases de produção e reprodução visando gerar mais-valia relativa, processos estes que modificaram radicalmente o âmbito do mundo do trabalho. Por fim, discute o neoliberalismo como uma estratégia política da burguesia para solucionar as dificuldades expansionistas do capital. A hipótese é que o capital perante a crise estrutural tem necessidade de reestruturar produtivamente para criar soluções para a crise. A conclusão a que chegamos é que a natureza insaciável do sistema sociometabólico do capital impossibilita a sua revitalização diante da crise estrutural, sendo necessário a superação desse sistema para ultrapassar a crise atual.

**Palavras-chaves:** Crise estrutural do capital; Reestruturação produtiva; Neoliberalismo.

## ABSTRACT

The work presented here aims to study the concept of structural crisis of capital in its relationship with contemporary productive restructuring and neoliberalism from a perspective of system saturation, as addressed by Mészáros and other authors such as Giovanna Alves e Cristina Paniago. It is a bibliographical research. The study initially performs an analysis of the way the capital system works and shows the outbreak of crises as a natural way of developing this system that helps maintain its logic of expanded self-reproduction. It then demonstrates how the activation of the absolute limits of capital occurs and, consequently, the emergence of the structural crisis in the 20th century and its effects on society. Subsequently, it investigates the behavior of the capital system in the face of the structural crisis, where a restructuring of its production and reproduction bases was identified with the aim of generating relative surplus value, processes that radically modified the scope of the world of work. Finally, it discusses neoliberalism as a political strategy of the bourgeoisie to solve the expansionist difficulties of capital. The hypothesis is that capital, faced with the structural crisis, needs to restructure productively to create solutions to the crisis. The conclusion we reach is that the insatiable nature of capital's socio-metabolic system makes its revitalization impossible in the face of the structural crisis, making it necessary to overcome this system to overcome the current crisis.

**Keywords:** Structural crisis of capital; Productive restructuring; Neoliberalism.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Orçamento Federal 2018.....	31
Gráfico 2 - Orçamento Federal 2020.....	31
Gráfico 3 - Desemprego da Juventude no Mundo (1993-2003) .....	33

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>DAS CRISES CÍCLICAS À CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL .....</b>	<b>13</b>
2.1	A lógica autoexpansiva do sistema do capital .....	13
2.2	As crises no sistema do capital .....	15
2.3	Os antecedentes históricos da crise estrutural do capital .....	18
2.4	O início da crise estrutural do capital .....	21
<b>3</b>	<b>CONCEITO DE CRISE ESTRUTURAL EM MÉSZÁROS .....</b>	<b>24</b>
3.1	A ativação dos limites absolutos do capital .....	24
3.2	Consequências da crise estrutural na sociedade .....	29
<b>4</b>	<b>A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA CONTEMPORÂNEA.....</b>	<b>35</b>
4.1	A reestruturação nas bases de produção e reprodução do capital .....	35
4.2	A reprodução do capital a partir de três dimensões .....	38
<b>5</b>	<b>O NEOLIBERALISMO .....</b>	<b>49</b>
5.1	A hegemonia do neoliberalismo .....	49
5.2	O neoliberalismo e a desestruturação dos sindicatos no Brasil .....	53
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>58</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>60</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As crises são fenômenos imanentes ao modo de produção capitalista (MPC), e expressam as contradições intrínsecas desse sistema. Desde sua gênese, o MPC vive acometido por crises, que são constituídas pelo desequilíbrio imanente do próprio sistema e possuem o desígnio de impulsionar e corrigir os problemas resultantes de suas contradições. Dessa forma, assiste-se dentro do MPC a uma sucessão de crises que são indissociáveis desse sistema, pois o capitalismo forja contradições para garantir seu progresso e ampliação.

A história do desenvolvimento do sistema do capital nos revela que ele sempre contornou ou exportou dos países mais desenvolvidos para outros lugares (países dependentes) os problemas que resultavam na exteriorização das crises, mas nunca as solucionou, pois, o sistema do capital não resolve suas contradições, mas as distribui em outros setores e lugares para conseguir ordenar o seu modo de funcionamento.

Até a década de 1970 foi possível ao sistema do capital manter essa dinâmica frente as crises, daí que até esse momento tais crises eram chamadas de crises cíclicas. No entanto, a partir desse momento, inicia-se uma crise diferente de todas as outras até então vivenciadas pelo sistema do capital, pois ele atinge seu ponto de maturação e saturação, esgotando todos os meios de promover a sua recuperação. Dessa forma, tem-se início a chamada crise estrutural do sistema do capital a qual “afeta todas as formas do sistema do capital, e não apenas o capitalismo” (MÉSZÁROS, 2002, p. 21).

A crise estrutural, que foi iniciada em meados dos anos de 1970, compromete toda a realidade social, trazendo consequências desastrosas para a humanidade, como o desemprego crônico e a destruição do meio ambiente, o que provoca um enorme agravamento das expressões da questão social e o esgotamento de recursos naturais vitais para a existência humana. Portanto, a crise estrutural não ameaça somente a vida socioeconômica de um ou outro país, mas atinge o globo e, portanto, toda a humanidade.

Isto significa que essa crise não afeta somente as partes subdesenvolvidas do mundo, mas traz também uma vulnerabilidade objetiva do sistema produtivo para os países capitalistas centrais. “A grande crise econômica mundial de 1929-1933 se

parece com uma ‘festa no salão de chá do vigário’ em comparação com a crise na qual estamos realmente entrando” (MÉSZÁROS, 2009, p. 17).

O desemprego crônico desencadeado com a crise estrutural motiva desde o aumento da criminalidade até violentos agravos econômicos (MÉSZÁROS, 2002). É importante ressaltar que mediante esse cenário de grave desemprego não são atingidos somente os trabalhadores desqualificados, mas os defeitos estruturais do capital afetam até mesmo os trabalhadores mais qualificados, sem falar nos desempregados<sup>1</sup>.

A nosso ver, se faz necessário a compreensão dos aspectos da crise atual para entendermos o aprofundamento das expressões da questão social e o enorme aumento da exploração da força de trabalho que é vivenciada na contemporaneidade, como estratégia do próprio sistema do capital em manter seu círculo vicioso de domínio absoluto da sua fonte de valor, que é o trabalho.

No Brasil, por exemplo, o aprofundamento da questão social pode ser demonstrado a partir da taxa de desocupação da população que aumentou 14,1% no ano de 2020, o que corresponde a 14 milhões de pessoas em situação de desemprego (IBGE, 2021). Conseqüentemente, em razão dessa conjuntura, aumenta-se também a desigualdade social no país, que concentra cada vez mais as riquezas nas mãos de uma minoria da população.

De acordo com Mézszáros (2002),

Hoje estamos testemunhando um ataque em duas frentes à classe operária, não apenas nas partes “subdesenvolvidas” do mundo, mas também, com implicações perigosas para a viabilidade continuada do modo estabelecido de reprodução sociometabólica, nos países capitalistas avançados. Estamos testemunhando: 1) um desemprego que cresce cronicamente em todos os campos de atividade, mesmo quando é disfarçado como “práticas trabalhistas flexíveis” – um eufemismo cínico para a política deliberada de fragmentação e precarização da força de trabalho e para a máxima exploração

---

<sup>1</sup> De acordo com o *US Bureau of Labor Statistics (2020)*, os Estados Unidos, considerado o país mais desenvolvido do mundo, atingiu taxa de desemprego com alto recorde de 14,7% em abril de 2020. “Em abril, as taxas de desemprego aumentaram acentuadamente entre todos os principais grupos de trabalhadores. A taxa foi de 13,0% para homens adultos, 15,5% para mulheres adultas, 31,9% para adolescentes, 14,2% para brancos, 16,7% para negros, 14,5% para asiáticos e 18,9% para hispânicos. As taxas para todos esses grupos, exceto para os negros, são recordes. O problema do desemprego afeta em um nível ainda mais alto os países dependentes, como é o caso do Brasil. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a “taxa média de desocupação em 2020 foi recorde em 20 estados do país, acompanhando a média nacional, que aumentou de 11,9% em 2019 para 13,5% no ano passado (2020), a maior da série histórica da PNAD Contínua, iniciada em 2012”. Cabe ressaltar que no ano de 2020 o mundo passava pela pandemia da Covid-19, fator que também contribuiu efetivamente para o crescimento do desemprego em todo o mundo.

administrável do trabalho em tempo parcial; e 2) uma redução significativa do padrão de vida até mesmo daquela parte da população trabalhadora que é necessária aos requisitos operacionais do sistema produtivo em ocupações de tempo integral (MÉSZÁROS, 2002, p. 342).

Ademais, ao lado disso, também é fundamental compreendermos a ascensão do neoliberalismo. Tal ideário se instaura igualmente a partir da década de 1970, quando encontra terreno efetivo para sua consolidação. Surge como uma “tática” da classe dominante que expôs medidas econômicas, sociais e políticas com o argumento de retirar o capitalismo da crise e recuperar a lucratividade global.

O Neoliberalismo, enquanto reação articulada da burguesia às dificuldades expansionistas do capital, passa a encontrar espaço efetivo para ideias há muito propagadas (Hayek e seus parceiros reuniam-se em Mont Pelérin nos anos 1940), a partir da crise mundial dos anos 70 (século XX). Ele apresenta-se como um conjunto de medidas políticas, econômicas e sociais que visam tirar o capitalismo da crise e criar as condições necessárias para a recuperação da lucratividade da ordem global do capital em queda (PANIAGO, 2012, p.60).

Além das consequências desastrosas geradas a partir da crise estrutural que assola a humanidade, ao lado da ascensão do neoliberalismo também vivencia-se a partir de meados de 1970 a reestruturação produtiva contemporânea do capital.

Como explica Alves, “O movimento de posição (e reposição) dos métodos de produção de mais-valia relativa denomina-se reestruturação produtiva, em que o capital busca novas formas de organização do trabalho mais adequadas à auto-valorização do valor” (2006, p. 11). Portanto, tal reestruturação produtiva foi uma estratégia utilizada pelo capital, que ao se deparar com a crise estrutural modificou a forma de organização do trabalho, aumentando a exploração da classe trabalhadora e precarizando ainda mais as condições do trabalho vivo, com o objetivo de suprir a necessidade de auto-valorização do valor.

Para Alves (2008), nesse novo complexo da reestruturação produtiva contemporânea, o capital passa a se reproduzir a partir de três dimensões sob a dinâmica do sistema organizacional toyotista: as inovações organizacionais, as inovações tecnológicas e as inovações sócio-metabólicas. É característico desse processo o fato de que, partir desse momento, a captura da subjetividade do indivíduo tornou-se de fato o método de controle do sistema capitalista.

Posto isto, vê-se que é fundamental o estudo da crise estrutural e sua relação com a reestruturação produtiva contemporânea e com o neoliberalismo, tendo em vista que esses três acontecimentos se distinguem de todos os outros vivenciados e inauguraram fenômenos sociais singulares da vida social contemporânea. Além do mais eles aprofundaram as expressões da questão social, principalmente, a partir da drástica queda do poder de compra<sup>2</sup> devido ao crescente desemprego crônico.

Ademais, a nosso ver, o estudo do tema é de importância para o Serviço Social, tendo em vista que a prática profissional do (a) assistente social encontra-se inscrita no âmbito da divisão sociotécnica do trabalho, em processos de trabalho, principalmente no combate às causas dos males sociais resultantes das relações de produção. Além disso, o Serviço Social atua em prol da institucionalização e ampliação de políticas sociais públicas.

Portanto, o Serviço Social está diretamente vinculado ao “capitalismo e ao seu conjunto de subjacentes – alienação, contradição, antagonismo” (MARTINELLI, p.66, 2005), pois além de ter sido desenvolvido nos moldes desse sistema, possui como objeto as expressões da questão social, que são aprofundadas na medida em que são ampliadas as formas de extração de mais-valia, repercutindo diretamente nas políticas sociais a partir da flexibilização das ações estatais.

Não obstante a isso, a crise estrutural, a reestruturação produtiva contemporânea e o neoliberalismo são fatores que interferem diretamente no âmbito da prática profissional, na medida em que, por exemplo, transformam o mundo do trabalho, promovem cortes em escala crescente nas áreas sociais, flexibilizam as ações estatais etc. Desta forma, este estudo visa oferecer subsídios para compreensão das condições e relações de trabalho na atualidade, na medida em que aborda as transformações do capitalismo global e os determinantes inerentes ao trabalho alienado, contribuindo para o saber profissional.

Pois, de acordo com Martinelli (2005), o Serviço Social é uma profissão que possui sua prática profissional direcionada para fazer o enfrentamento crítico da realidade, nesse sentido, é de suma importância que se tenha uma base de conhecimentos que possibilite revelar aspectos conjunturais e viabilize o

---

<sup>2</sup> No Brasil, por exemplo, a inflação aumentou tanto nos últimos anos que o real perdeu 31,32% de seu valor e poder de compra. De acordo com dados do G1 (2022), com tanta inflação, de março de 2017 a março de 2022 o real perdeu 31,32% de seu valor e poder de compra. Em outras palavras, com o mesmo valor agora a gente consegue comprar apenas dois terços do que comprava naquele ano.

desenvolvimento de um olhar crítico, permitindo que no cotidiano profissional do (a) assistente social sejam identificados contextos e elementos para julgar como, onde e para que realizar a sua atuação.

A escolha deste objeto de estudo decorre de pesquisas realizadas durante o período de iniciação científica, no projeto: *Trabalho, tecnologia, legislação trabalhista e direitos dos trabalhadores no Brasil*, sob a orientação da professora Maria Virginia Borges Amaral. Tal estudo foi necessário para nos debruçarmos posteriormente nos acontecimentos históricos abordados aqui neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

À vista do que foi exposto, este TCC tem como objetivo estudar o conceito de crise estrutural do capital a partir de István Mészáros e sua relação com a reestruturação produtiva contemporânea e com o neoliberalismo. Mészáros foi um filósofo húngaro que desenvolveu importantes estudos acerca da crise estrutural, a qual impõe limites significativos à lógica expansionista do sistema sociometabólico do capital, e as suas consequências para a humanidade, daí a importância de suas ideias para esta pesquisa. Além das ideias de Mészáros, nos apoiamos nas ideias de outros importantes autores como Giovanna Alves e David Harvey.

Esta pesquisa é, pois, de caráter bibliográfico. A hipótese apresentada aqui é a de que o capital, perante a crise estrutural, tem necessidade de se reestruturar produtivamente para criar soluções materiais para a crise e com isso cria também respostas políticas e ideológicas como o neoliberalismo.

Este trabalho está dividido em quatro partes. Na primeira parte “Das crises cíclicas à crise estrutural do capital”, discutiremos inicialmente o modo de ser do sistema sociometabólico do capital com enfoque em sua lógica autoexpansiva. Em seguida, apontaremos as crises como uma estratégia desse sistema para recuperar sua lucratividade, além de como eclode uma crise econômica no MPC e como são recuperados os períodos de abundância e grande crescimento. Ademais, abordaremos os antecedentes históricos da crise estrutural do capital, essencialmente, a crise de 1929-33 e o *welfare state*.

Na segunda parte, “Conceito de crise estrutural em Mészáros”, será apresentado o conceito da crise estrutural do capital segundo a concepção do filósofo húngaro, István Mészáros. Por conseguinte, partiremos da discussão da ativação dos limites absolutos do capital em decorrência da sua lógica permanente de acumulação

e expansão. Em seguida, trataremos de discutir como as particularidades dessa crise afetam duramente a sociedade, principalmente, o mundo do trabalho.

Na terceira parte, “A reestruturação produtiva contemporânea”, discutiremos a respeito do processo de reestruturação produtiva contemporânea do capital. Para tanto, elucidaremos o caráter dessa reestruturação como um método do sistema do capital para continuar acumulando de forma crescente, sustentando a sua incessante necessidade de auto-valorização do valor. Em seguida, demonstraremos como a reestruturação contemporânea surge sob a acumulação flexível com dominância da lógica organizacional toyotista. Por fim, abordaremos os efeitos e os impactos da reestruturação produtiva para a classe trabalhadora.

Na quarta parte, “O neoliberalismo”, pretendemos abordar o neoliberalismo como uma estratégia político-econômica da burguesia, contraposta ao Estado intervencionista e de Bem-Estar Social, na tentativa de solucionar as dificuldades expansionistas do sistema sociometabólico do capital em conjuntura de crise estrutural. Além disso, elucidaremos a teoria neoliberal como um mecanismo para reestabelecer o poder de uma elite econômica. Logo após, mostraremos como e porquê o neoliberalismo tem como objetivo desestruturar os sindicatos trabalhistas enquanto instrumento de luta da classe trabalhadora. Por fim, trataremos sucintamente da entrada das medidas político-econômicas do neoliberalismo no Brasil e seus efeitos para os sindicatos.

A conclusão a que chegamos é que não há soluções para o capital diante da crise estrutural da atualidade, tendo em vista que seu mecanismo de deslocamento das contradições não é mais viável e estas estão se tornando cumulativas ao ponto de colocar em risco a própria sobrevivência humana. Portanto, esgotaram-se todos os meios do capital em promover sua revitalização e na tentativa de continuar acumulando de forma crescente ele se reestrutura produtivamente, modificando radicalmente o âmbito do mundo do trabalho. Dessa maneira, para realmente solucionar os graves problemas que permeiam a humanidade, como o desemprego em massa, é necessário ir para além do sistema sociometabólico do capital.

## **2 DAS CRISES CÍCLICAS À CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL**

Nesta parte discutiremos como se deu o processo de eclosão da crise estrutural no sistema do capital. A partir da discussão da lógica autoexpansiva desse sistema será apresentado o seu modo de funcionamento com ênfase em seu permanente dinamismo de acumulação e expansão. Posteriormente, serão mostradas as crises como modo natural de desenvolvimento do sistema do capital, que permitem o avanço para além de seus obstáculos imediatos, e os antecedentes históricos da crise estrutural.

### **2.1 A lógica autoexpansiva do sistema do capital**

O capital é uma categoria econômica que independe do capitalismo para a sua existência e permanência. A história do desenvolvimento do sistema do capital nos revela a sua presença já nas sociedades pré-capitalistas, onde essa categoria econômica se manifesta por meio das suas primeiras formas: o capital usurário e o capital mercantil. “Na Antiguidade, surgiram as primeiras formas históricas de capital: o capital usurário e o capital mercantil, bem como a produção de mercadorias, isso antes da era capitalista [...]” (CARVALHO, 2009, p. 2).

De acordo com Carvalho (2009), historicamente, o capital existe muito antes do capitalismo, e somente podemos falar do capital em sua forma capitalista quando “há a predominância das relações mercantis, e do valor de troca sobre o valor de uso” (CARVALHO, 2009, p. 2), ou seja, quando o valor de uso em função das necessidades humanas é transposto pelos interesses do sistema do capital em promover a sua auto-reprodução.

Portanto, o início da era capitalista marca o rompimento com as práticas de produção das sociedades antigas, que eram voltadas, sobretudo, para suprir as necessidades humanas, pois a prioridade, daí em diante, é unicamente a produção e a acumulação de riquezas.

O sistema sociometabólico do capital possui uma lógica autoexpansiva em razão da qual ele precisa manter domínio absoluto sobre a sua fonte de valor, que é o trabalho. Dado que o capital perde sua funcionalidade sem o trabalho, pois para ele é necessário o controle completo sobre o processo de produção e reprodução para

conseguir promover sua autorreprodução ampliada de forma incessante e assim conservar a permanência de sua natureza.

Em função dessa lógica, os elementos fundamentais do sistema do capital devem ser mantidos e ampliados infinitamente, independentemente das consequências a serem geradas na sociedade. Tal dialética autoexpansiva mostra o caráter incontrolável desse sistema, pois trata-se de um dinamismo de acumulação e expansão permanente.

No início de sua escalada, em sua fase de expansão, o capital teve um efeito progressista, mas em sua trajetória, inevitavelmente, devido a sua lógica autoexpansiva, no interesse exclusivo de sua autorreprodução ampliada, não levando em consideração as necessidades humanas, ele resistirá, de modo destrutivo, ao que se interpuser em seu caminho, no sentido de ir de encontro ao seu objetivo de ampliar a produção da mais-valia (CARVALHO, 2009, p. 4).

É no MPC, especificamente, em sua fase madura, que o capital consegue se desenvolver e se tornar capital dominante. O desenvolvimento do sistema do capital implica na produtividade puramente destinada a atender aos interesses e objetivo do sistema que é acumular de forma sempre crescente a mais-valia relativa extraída da força de trabalho.

No capitalismo, o homem se torna objeto, tornando a produção de riqueza a finalidade da humanidade. Para alcançar essa finalidade, foi necessário separar o valor de uso do valor de troca. De acordo com o autor, o grande segredo da dinâmica do capital foi a disjunção entre necessidade e produção de riqueza, orientada para o valor de troca, independente dos limites das necessidades genuinamente humanas. [...] (RABELO e SEGUNDO, 2004, p. 44).

A preservação da natureza do capital de dominação absoluta sobre o processo de trabalho o permite conservar a sua permanência em todos os tipos de sociedade. O capital subordina todo o processo de trabalho a sua incessante necessidade de produção e acumulação de riquezas, sendo uma condição ineliminável desse sistema a dominação absoluta sobre a mais-valia relativa.

O círculo vicioso da relação capital-trabalho é uma condição inexorável de sua autorreprodução; possui uma lógica autorreferente que precede a vontade do capitalista, e se impõe sobre o trabalhador por meio de formas mutáveis de dominação. A dominação hierárquica e totalizante que exerce sobre o trabalho é uma condição ineliminável

desse modo de controle metabólico. Enquanto permanecerem as condições materiais dessa dominação não desaparecerá o capital, e isso se aplica a todos os tipos de sociedade capitalista ou pós-capitalista, como insiste Mészáros (PANIAGO, 2012, p.25).

Tendo em vista isto, como mencionando anteriormente, a acumulação de forma sempre crescente faz parte da natureza do capital e é uma condição ineliminável desse sistema. Dessa forma, a tentativa de acabar com essa lógica sucederia o enfraquecimento da vitalidade do próprio sistema.

## **2.2 As crises no sistema do capital**

Essa lógica autoexpansiva do capital, abordada no tópico anterior, produz diversas contradições que determinam as formas de relações sociais nesse modelo de sociedade. Uma das mais evidentes e vultuosas dessas contradições são as crises com duração e intensidades diversificadas, que funcionam como um mecanismo viabilizador da revitalização do sistema.

As crises cíclicas são elementos naturais do capital e do MPC, que permitem ao sistema o avanço para além de seus obstáculos imediatos. A história do desenvolvimento do MPC mostra que desde a sua gênese ele vive acometido por uma sucessão de crises econômicas, onde seus períodos de expansão foram bruscamente interrompidos por depressões.

A história, real e concreta, do desenvolvimento do capitalismo, a partir da consolidação do comando da produção pelo capital, é a história de uma sucessão de crises econômicas – de 1825 até às vésperas da Segunda Guerra Mundial, as fases de prosperidade econômica foram catorze vezes acompanhadas por crises; a última explodiu em 1937/1938, mas foi interrompida pela guerra. Em pouco mais de um século, como se constata, a dinâmica capitalista revelou-se profundamente instável, com períodos de expansão e crescimento da produção sendo bruscamente cortados por depressões, caracterizadas por falências, quebradeiras e, no que toca aos trabalhadores, desemprego e miséria (NETTO e BRAZ, 2006, p. 109).

De acordo com Rossi (2018), a base das crises econômicas é sempre material “mais especificamente no complexo da economia” (p.346), assim sendo, sua raiz se encontra no modo que os seres humanos se relacionam no processo de produção de riquezas. Por isso, quando o capital aumenta sua capacidade de produção, o excesso

de mercadorias acaba se constituindo em superprodução no mercado, ou seja, em um desequilíbrio entre a oferta e a procura, gerando assim crise econômica.

O desencadeamento de uma crise sucede o travamento da produção, vendas insuficientes, grande diminuição nos salários, alta taxas de desemprego e entre outros diversos efeitos negativos para o mercado e a classe trabalhadora. Esses fatores facultam a diminuição nos valores das mercadorias, pois nesse momento o mercado se encontra abarrotado de mercadorias e precisa que ocorra um escoamento.

Os preços baixos em grande parte do mercado possibilitam aos capitalistas proprietários manter os valores antigos vigentes, assim, são gerados superlucros. Além disso, as empresas que conseguem sobreviver começam a produzir mais, “o comércio se reanima, as mercadorias escoam, os preços se elevam e pouco a pouco diminui o desemprego” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 111). Dessa forma, ocorre novamente um grande período de abundância e crescimento econômico, que mais tarde, novamente, resultará em uma superprodução no mercado seguida de uma crise. Portanto, é um ciclo econômico que se repete de forma contínua alternando entre superprodução e escassez.

Este é o quadro da retomada (ou reanimação): as empresas que sobrevivem absorvem algumas das que quebraram, incorporam seus equipamentos e instalações, renovam seus próprios equipamentos e começam a produzir mais. O comércio se reanima, as mercadorias escoam, os preços se elevam e pouco a pouco diminui o desemprego. A produção se restaura nos níveis anteriores à crise e se transita para a fase seguinte, e última, do ciclo (NETTO e BRAZ, 2006, p. 111).

Todavia, o aumento da capacidade de produção, ou seja, o novo período de crescimento econômico não se inicia do mesmo ponto, pois,

“Como o maior sempre engole o menor, ocorre uma crescente concentração do capital, de tal modo que os capitalistas que sobreviveram às crises possuem uma capacidade produtiva cada vez maior” e “controlam um maior volume de capital e de meios de produção” sendo que, dessa maneira, “a retomada do ciclo se dá em um novo patamar que, em poucos anos, desemboca em uma nova crise e nova rodada de concentração e assim sucessivamente (TONET, LESSA, 2012, p. 65 apud ROSSI, 2018, p. 347).

De acordo com Netto e Braz (2006), as crises no MPC são frutos das contradições intrínsecas desse sistema, dessa forma, as diversas contradições que

constituem esse modo de produção são os fatores determinantes para a eclosão de uma crise econômica. Os autores mencionados apontam três causas fundamentais que provocam a interrupção dos períodos de grande crescimento: a anarquia da produção, a queda da taxa de lucros e o subconsumo das massas trabalhadoras. É importante ressaltar que essas causas evidenciadas não são as únicas que provocam a eclosão de crises, pois o MPC é constituído por múltiplas contradições<sup>3</sup>.

A primeira causa apontada pelos autores diz respeito ao não planejamento e controle da produção capitalista, pois no mercado essa produção não possui um destino arquitetado.

Assim, o mercado é inundado por mercadorias cuja destinação é incerta, uma vez que a sua produção é comandada exclusivamente por cada capitalista, tendo em vista apenas a obtenção do lucro, com a frequente desproporcionalidade entre os vários ramos e setores da produção (NETTO e BRAZ, 2006, p. 112).

Conforme Netto e Braz (2006), a segunda causa mencionada pode ser explicada pelo movimento de planejamento e aplicação de um novo método de produção por um capitalista, o qual reduz os custos na produção e o permitem colocar um preço em suas mercadorias abaixo do que se encontra no mercado, ou seja, essa inovação garante uma grande vantagem a esse capitalista. No entanto, com a generalização desse novo método e a enorme concorrência no mercado os outros capitalistas são obrigados a adotar esse novo método de produção, o que resulta em preços igualmente baixos no mercado. Dessa forma, “na medida em que cada capitalista procura maximizar seus lucros, a taxa de lucro tende a cair” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 106), sendo um fator efetivo que contribui para o desencadeamento de uma crise econômica.

Já vimos a forma como cada capitalista, individual e privadamente, responde à queda da sua taxa de lucro; então, verificamos que a resultante da resposta da maioria dos capitalistas a essa tendência contraria a intencionalidade de cada um deles e seu efeito, enfim, acaba por efetivamente contribuir para a eclosão das crises (NETTO e BRAZ, 2006, p. 112).

---

<sup>3</sup> O capitalismo é constituído por contradições permanentes, como por exemplo “ao mesmo tempo que ele precisa administrar o trabalho, ele precisa explorá-lo. Ao mesmo tempo em que esse sistema precisa administrar recursos naturais, é necessário administrar os domínios de mercado com colonização e neocolonização” (PANIAGO, 2020).

Sobre a terceira e última causa evidenciada, remete-se à alta capacidade de produção de mercadorias dos capitalistas e à limitada condição de consumo dos trabalhadores. Portanto, “esse descompasso entre a magnitude da produção de mercadorias e a possibilidade de sua realização deve-se ao fato de as massas trabalhadoras não disporem de meios para comprá-las” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 112).

Apesar das consequências criadas pelos períodos de crises econômicas, como o fechamento de empresas, aumento do desemprego e a queda da taxa de lucros, elas permitem ao MPC avançar para além de suas barreiras imediatas, pois criam as condições necessárias para promover uma “revitalização” no sistema após o desequilíbrio entre a oferta e a procura – superprodução.

Assim, as crises são funcionais ao MPC: constituem os mecanismos mediante os quais o MPC restaura, sempre em níveis mais complexos e instáveis, as condições necessárias à sua continuidade. Por isso mesmo, as crises – por mais brutais que sejam os seus efeitos e por mais graves que sejam as suas consequências – não têm o dom de conduzir o MPC ao colapso ou a faculdade de destruí-lo; deixadas à sua lógica, das crises capitalistas só resulta o próprio capitalismo (NETTO e BRAZ, 2006, p. 113).

Dessa forma, as crises não representam um problema destrutivo para o sistema, tendo em vista que ajudam na recuperação do MPC após um período de grande depressão. Portanto, as crises são fenômenos necessários para o MPC, pois impulsionam e mantêm a permanência desse sistema como modo de existência mais acabada.

Isto posto, é evidente que as crises econômicas dentro do MPC funcionam como um meio de escapar do acúmulo de contrações que constituem esse sistema, ajudando na perpetuação da ampliação e produção de riquezas, assim, “a crise é constitutiva do capitalismo: não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 109).

### **2.3 Os antecedentes históricos da crise estrutural do capital**

Os antecedentes históricos da crise estrutural do capital são elementos fundamentais para o entendimento da natureza e caráter autoexpansivo do capital, tendo em vista que são dois momentos que expõem uma grande crise que teve início

nos anos de 1929, e após essa depressão um período de ascensão histórica no Pós-Segunda Guerra Mundial conhecido como *welfare state* que marca os anos dourados do capitalismo.

A crise de 1929 exemplifica as crises cíclicas constitutivas do MPC, pois apesar de ter sido uma crise com alto nível de severidade, sempre houve um lastro na produtividade que permitia ao sistema sociometabólico do capital continuar com o seu círculo vicioso de acumular de forma sempre crescente a mais-valia relativa. “[...]. Por mais severa e prolongada que tenha sido, ela afetou um número limitado de dimensões complexas e de mecanismos de autodefesa do capital [...]” (MÉSZÁROS, 2002, p. 803).

Dessa forma, apesar da rigidez dessa grande crise, como argumenta Mézáros (2002), ela de modo algum foi uma crise estrutural. Ao contrário das consequências e dos limites gerados pela crise estrutural, a crise de 1929-33

Pelo contrário, forneceu estímulo e pressão necessários para o realinhamento de suas várias forças constituintes, conforme as relações de poder objetivamente alteradas, muito contribuindo, desse modo, para o desenvolvimento das tremendas potencialidades do capital inerentes à sua “totalidade intensiva” (MÉSZÁROS, 2002, p. 806).

A crise de 1929-33 possibilitou os mecanismos necessários para promover uma revitalização no sistema sociometabólico do capital. Segundo Mézáros (2002), essa crise viabilizou o estabelecimento de fatores fundamentais para a expansão dinâmica do capital, como a exportação do capital em grande escala e o uso de várias modalidades de intervenção estatal para a expansão do capital privado.

Dessa forma, o período de grande ascensão histórica que vem após essa crise econômica é resultado do mecanismo do sistema do capital para permitir sua autorreprodução ampliada e sua contínua sobrevivência. É dessa maneira que o sistema do capital consegue resgatar o crescimento econômico e entra em fase de enorme ascensão denominada “os 30 anos dourados”.

[...] a classe capitalista se preocupa em agir imediatamente e intervir no curso da crise, pois, de outro modo, não conseguiria manter a reprodução ampliada do capital social global e preservar sua condição de proprietária privada dos meios de produção. Nesse sentido, enquanto classe dominante, e diante das novas exigências postas pela reprodução social capitalista, se coloca na dianteira quanto à formulação de políticas saneadoras da crise (PANIAGO, 2012, p.60).

O período posterior à grande crise econômica de 1929-33 é marcado pelo enorme crescimento econômico do MPC, por intermédio do modelo de produção fordista em conjunto com as políticas de Estado keynesianas. Após essa grande depressão e às duas guerras mundiais, o sistema sociometabólico do capital necessitava de meios que possibilitassem manter o seu círculo vicioso de acumular de forma crescente, sendo assim, havia uma “urgente busca pela ampliação do consumo, o objetivo do capital estava voltado para construção de uma massa de consumidores com maior poder de compra e com maior tempo fora do trabalho para que pudesse consumir” (BARROS, BARBOSA e ALVES, 2014, p. 92).

É nessa conjuntura de ampliação de lucratividade que as políticas públicas são utilizadas como mecanismos para aumentar a taxa de lucro dos capitalistas. Durante o período denominado *welfare state* foi adotada a prática de maior intervenção do Estado para promover políticas públicas na educação, saúde, segurança etc., todavia, essas medidas foram empregadas tão somente para viabilizar o aumento da acumulação de riquezas.

Todas as políticas públicas adotadas pelos assim ditos Estados de Bem-Estar (saúde, educação, transporte, seguro desemprego, segurança, moradia, cuidados dos idosos e crianças, e assim por diante) tiveram como móvel primeiro na sua estruturação e implantação aumentar a lucratividade do sistema do capital” (LESSA, 2007, p. 184 e 185).

O *welfare state* é um período em que o capitalismo realizou as maiores taxas de crescimento da sua história, todavia, após toda essa ascendência histórica o capital, não conseguindo reverter as manifestações de seu antagonismo imanente, se deparou com a crise estrutural da atualidade que coloca significativos entraves para ele manter sua autorreprodução ampliada.

Estando sob as pressões restritivas da crise, com as limitações para ampliação da produção e com a queda nas taxas de lucratividade (HARVEY, 2002), o capital já não tinha nada mais o que oferecer de positivo, a não ser uma contínua piora nas condições de vida dos trabalhadores. Conforme Mézáros (2002), crise estrutural do capital coloca entraves cada vez mais severos para o crescimento econômico e expressa o esgotamento das possibilidades de qualquer retorno positivo para os trabalhadores (BARROS, BARBOSA e ALVES, 2014, p.95).

Essas limitações postas pela crise da atualidade o impossibilita de continuar com sua lógica expansionista global, restando somente a este sistema agravar ainda mais as condições de vida da classe trabalhadora. Dessa maneira, essa crise da atualidade representa o esvaziamento das possibilidades do capital de oferecer algo positivo para os trabalhadores. Na parte “A reestruturação produtiva contemporânea” trataremos de aprofundar de que forma o capital modificou todo o processo de trabalho precarizando ainda mais as condições de trabalho vivo.

## **2.4 O início da crise estrutural do capital**

O final do período de maior ascensão histórica do capital (*welfare state*), por intermédio do esgotamento de todos os meios do sistema do capital para possibilitar sua revitalização, nos revela que “os limites do capital não podem mais ser encarados apenas como obstáculos materiais à produtividade de riqueza do capital” (SILVA, 2021, p. 69).

De acordo com Mészáros (2002), o sistema do capital é constituído por contradições internas que advém principalmente do seu antagonismo estrutural entre capital e trabalho. Durante muitos anos o capital se utilizou de medidas estratégicas para lidar com as manifestações dessas contradições intrínsecas, no entanto, esses ajustes realizados nunca superaram efetivamente tais problemas, pois o sistema somente realiza o deslocamento de suas contradições internas.

Durante muito tempo foi possível ao sistema manter esse mecanismo de deslocar para outros setores e países dependentes as manifestações de suas contradições, essencialmente, em suas fases de ascendência histórica. Contudo, a não superação efetiva dos problemas, fruto do antagonismo estrutural, tornou essa medida estratégica cada vez mais problemática, pois “os antagonismos internos do modo de controle do sociometabolismo têm-se intensificado enormemente nos últimos 30 anos, o deslocamento das contradições se torna, do ponto de vista do próprio sistema do capital, cada vez mais problemático” (PANIAGO, 2012, p.42).

Argumenta Mészáros:

O deslocamento das contradições internas do capital podia funcionar com facilidade relativa na fase da ascendência histórica do sistema. Sob tais condições, era possível tratar de muitos problemas varrendo-os para baixo do tapete das promessas não cumpridas, como a

modernização no “Terceiro Mundo” e uma prosperidade bem maior nos países “metropolitanos”, afirmada com base na expectativa da produção de um bolo que cresceria infinitamente. Todavia, a consumação da ascendência histórica do capital altera radicalmente a situação. A esta altura, já não é mais plausível fazer novas séries de promessas vazias, mas as velhas promessas devem ser varridas da memória, e determinadas conquistas reais das classes trabalhadoras nos países capitalistas avançados devem ser “roladas”, no interesse da sobrevivência da ordem socioeconômica e política vigente (2002, p. 92).

Segundo Paniago (2012), como mecanismo de manter seu caráter antagônico e a sua incontrollabilidade frente ao crescente agravamento das manifestações de seu antagonismo conflituoso, o sistema do capital realiza a suspensão temporária dos “antagonismos internos e tendências desagregadoras do seu modo de controle tanto quanto for viável sob as mutáveis circunstâncias históricas” (PANIAGO, 2012, p. 43).

Trata-se, portanto, da tentativa de manter o equilíbrio temporário entre o capital e o trabalho. O sistema age de forma coesiva deslocando suas contradições, mesmo que de forma efêmera, “na medida em que os antagonismos são constantemente repostos” (PANIAGO, 2012, p. 43).

No entanto, aos finais dos anos 60 e início da década de 70, para o capital, torna-se cada vez mais difícil e problemático solucionar o agravamento de suas próprias contradições imanentes, pois vão se esgotando todos os meios do sistema em promover sua recuperação e expansão após um período de crise. Em outras palavras, nos últimos anos o sistema não tem conseguido reverter o agravamento das manifestações de suas próprias contradições, resultando em enormes dificuldades, como a redução no número de trabalhadores no círculo de consumo.

Como resolver tal complexo de contradições em crescente agravamento? O capital não tem conseguido reverter o fato, hoje, de que, por um lado, a capacidade de consumo dos capitalistas, a partir de uma certa escala, impõe limites humanamente intransponíveis e, por outro, que cada vez maior número de trabalhadores é eliminado do círculo de consumo (PANIAGO, 2012, p. 43).

É dessa forma que, na década de 1970, com o fim da ascendência histórica do sistema do capital, tem-se início a chamada crise estrutural do capital. Ao final do seu período de ascensão o sistema não estava conseguindo continuar, de forma efetiva, com a sua lógica autoexpansiva, assim, o não atendimento determinante de sua

natureza acarretou a eclosão de uma crise sem precedentes, que “afeta todas as formas do sistema do capital, e não apenas o capitalismo” (MÉSZÁROS, 2002, p. 21). Na parte seguinte deste estudo trataremos de caracterizar tal crise.

### **3 CONCEITO DE CRISE ESTRUTURAL EM MÉSZÁROS**

Esta parte presta-se a conceituar a crise estrutural da atualidade segundo a concepção do filósofo húngaro, István Mészáros. Este compromete-se a apresentar os determinantes da crise da atualidade que, conforme o mesmo, é uma crise fundamentalmente estrutural, diferentemente das outras crises já vivenciadas no modo de produção capitalista. Por conseguinte, partiremos da discussão da ativação dos limites absolutos do capital em decorrência da sua lógica permanente de acumulação e expansão, considerando o que já foi abordado na parte anterior. Em seguida, trataremos de discutir como as particularidades dessa crise afetam duramente a sociedade, principalmente, o mundo do trabalho.

#### **3.1 A ativação dos limites absolutos do capital**

Segundo Mészáros (2002), a crise em andamento na contemporaneidade é fundamentalmente estrutural e sem precedentes, que ativa os limites absolutos do sistema do capital. Ela se difere de todas as outras crises cíclicas ou conjunturais já vivenciadas no MPC, pois trata-se de uma crise que além de afetar a esfera econômica estende-se por todos os âmbitos da sociedade.

Além disso, Mészáros (2006) aponta que a diferença crucial entre uma crise cíclica e a crise estrutural são as condições qualitativamente diferentes para uma possível solução uma vez que, as primeiras evoluem e são contornada com mais ou menos êxito dentro dos parâmetros de um determinado sistema, enquanto que a segunda sua possível solução encontra-se para além do sistema do capital. Assim, não podemos lidar com a crise da atualidade como sempre encaramos as crises inerentes do capitalismo.

Além dessas características definidoras dessa crise em andamento, Mészáros destaca que essa novidade histórica da crise estrutural se manifesta em quatro aspectos particulares, sendo os elementos fundamentais que distinguem a crise em questão das demais crises cíclicas:

- (1) seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de

produtividade etc.); (2) seu alcance é verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado); (3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia (MÉSZÁROS, 2002, p. 795 e 796).

Portanto, trata-se de uma crise que afeta a totalidade de um complexo social e que coloca em perigo a sobrevivência da própria estrutura global. À vista disso, estamos falando de uma crise que se manifesta em um sentido amplamente profundo e crítico, e que por possuir um modo de se desdobrar rastejante pode dá a aparência de normalidade, enquanto os problemas estão se tornando cumulativos e piores em todos os âmbitos até “estourar” sobre a humanidade.

A crise estrutural do capital, assim intitulada por Mézáros, tem origem no século XX (no início da década de 1970), quando o mecanismo de deslocamento das contradições do sistema do capital não é mais funcional, tendo em vista o aprofundamento de seus antagonismos internos. Conforme o autor, esse mecanismo só é possível mediante uma crise parcial que aciona apenas os limites relativos do sistema. Nesse sentido, a crise estrutural em questão ativa os limites absolutos (também chamados limites últimos). Posto isto, é fundamental apontar a diferença entre os limites relativos e absolutos do sistema do capital.

Segundo o teórico, os limites relativos são aqueles que podem ser superados e reduzem os efeitos causados pela necessidade incessante de autorreprodução ampliada do capital. Em contrapartida, os limites absolutos são insuperáveis para o sistema sociometabólico do capital, tendo em vista que a ultrapassagem destes implicaria no declínio da vitalidade do sistema.

Os limites relativos do sistema são os que podem ser superados quando se expande progressivamente a margem e a eficiência produtiva – dentro da estrutura viável e do tipo buscado – da ação socioeconômica, minimizando por algum tempo os efeitos danosos que surgem e podem ser contidos pela estrutura causal fundamental do capital. Em contraste, a abordagem dos limites absolutos do capital

inevitavelmente coloca em ação a própria estrutura causal. Consequentemente, ultrapassá-los exigiria a adoção de estratégias reprodutivas que, mais cedo ou mais tarde, enfraqueceriam inteiramente a viabilidade do sistema do capital em si. Portanto, não é surpresa que este sistema de reprodução social tenha de confinar a qualquer custo seus esforços remediadores à modificação parcial estruturalmente compatível dos efeitos e consequências de seu modo de funcionamento, aceitando sem qualquer questionamento sua base causal – até mesmo nas crises mais sérias (MÉSZÁROS, 2002, p. 175).

Para compreender de forma eficaz a crise atual é necessário pontuar, como explica Mészáros, que o sistema sociometabólico do capital possui três dimensões fundamentais, são elas: a produção, o consumo e a circulação. Essa tripla dimensão funciona de forma articulada, assim, quando são impostas limitações a uma dessas dimensões elas são superadas com efetividade pelas outras. Dessa forma, enquanto continuar funcionando essa tripla dimensão interna não são colocados em questão os limites absolutos do capital, ou seja, enquanto for funcional esse mecanismo de autoexpansão não pode haver uma crise estrutural.

Realmente, não pode haver qualquer crise estrutural enquanto este mecanismo vital de autoexpansão (que simultaneamente é o mecanismo para transcender ou deslocar internamente as contradições) continuar funcionando. Pode haver todos os tipos de crises, de duração, frequência e severidade variadas, que afetam diretamente uma das três dimensões e indiretamente, até que o obstáculo seja removido, o sistema como um todo, sem, porém, colocar em questão os limites últimos da estrutura global. (Por exemplo, a crise de 1929-33 foi essencialmente uma “crise de realização”, devido ao nível absurdamente baixo de produção e consumo se comparado ao período pós-guerra.) (MÉSZÁROS, 2002, p. 798).

Portanto, entende-se que a crise estrutural do capital advém de irregularidades no funcionamento dessas dimensões fundamentais. A partir disso, as contradições que antes eram deslocadas para outros lugares tornam-se cumulativas, tendo em vista que o sistema nunca as supera. Dessa forma, fica cada vez mais problemático ao capital promover a sua revitalização diante das manifestações de suas contradições internas. “[...] o processo de deslocamento pode continuar apenas até o ponto da saturação final do próprio sistema e o bloqueio das válvulas de escape expansionistas” (MÉSZÁROS, 2002, p. 587).

Em síntese, a crise estrutural iniciada por volta dos anos de 1970 se origina dos obstáculos insuperáveis fruto da lógica autoexpansiva do capital, a qual é voltada puramente para a expansão e acumulação de riquezas. Além do mais, tal crise ativa os limites últimos do capital resultando em consequências infelizes na sociedade<sup>4</sup>.

Para comparar a crise estrutural das demais crises econômicas, Mészáros se utiliza da crise de 1929-1933, a qual, como mencionado na parte anterior, apesar do nível de severidade possuía um lastro na capacidade produtiva e não afetou todos os complexos fundamentais do capital.

Em comparação com tudo isso, a crise de 1929-33 evidentemente foi de um tipo muito diferente. Por mais severa e prolongada que tenha sido, ela afetou um número limitado de dimensões complexas e de mecanismos de autodefesa do capital, conforme o estado relativamente subdesenvolvido das suas potencialidades globais na ocasião. [...] (MÉSZÁROS, 2002, p. 803).

Sobre os limites absolutos do capital o teórico apresenta quatro conjuntos de problemas que são constituídas por um conjunto de grandes contradições e são insuperáveis pois, [...] “em conjunto, intensificam imensamente a força desintegradora de cada uma e a influência global desses conjuntos particulares tomados em seu todo” (MÉSZÁROS, 2002, p 222).

O primeiro conjunto de problemas apresentado pelo autor diz respeito ao antagonismo estrutural inconciliável entre o capital global e os Estados nacionais. Para ele, entre esses dois elementos existem três contradições fundamentais: “monopólio e competição; a crescente socialização do processo de trabalho e a apropriação discriminatória e preferencial de seus produtos [...] e a divisão internacional do trabalho” (MÉSZÁROS, 2002, p. 222).

Sobre a segunda questão, Mészáros aponta a eliminação das condições de reprodução sociometabólica. É explicado que diante da ativação dos limites absolutos do capital o ser humano pode mudar sua forma de se relacionar com a natureza, devido a fatores como a poluição química e o lucrativo desperdício de alimentos, onde são colocados em prática sem levar em conta os futuros efeitos para a humanidade. Dessa forma, estão sendo eliminados os recursos naturais vitais para a sobrevivência humana.

---

<sup>4</sup> Abordaremos essas consequências no tópico 3.2.

[...]. O futuro está implacável e irresponsavelmente confinado ao horizonte muito estreito das expectativas de lucro imediato. Ao mesmo tempo, a dimensão causal das condições mais essenciais da sobrevivência humana é perigosamente desconsiderada. Somente a manipulação retrospectiva da reação aos sintomas e efeitos é compatível com a permanência do domínio da causa sui do capital (MÉSZÁROS, 2002, p. 223).

A terceira questão refere-se à emancipação feminina. Para Mézszáros, mediante essa crise estrutural a condição feminina contribui na eliminação das condições de reprodução sociometabólica. Ele aponta que a emancipação feminina dentro do sistema possui uma enorme “dificuldade não integrável ao domínio do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 223).

A última questão remete-se ao desemprego crônico. Segundo Mézszáros, o desemprego crescente no mundo é ameaçador, tendo em vista as significativas interrupções na lógica de autorreprodução ampliada do capital, pois, de acordo com o teórico, enquanto o sistema conseguia manter a sua lógica autoexpansiva o problema do desemprego era considerado temporário, uma vez que os efeitos do deslocamento das contradições logo trariam sucesso para a resolução de tal problema.

No entanto, nos dias atuais, ao tentar resolver esse problema o sistema acaba o aprofundando. Assim, Mézszáros afirma que o desemprego crônico desencadeado com a crise estrutural do capital é devastador, pois “o desemprego em massa começa a lançar uma sombra realmente ameaçadora, não somente sobre a vida socioeconômica de um ou outro país, mas sobre todo o sistema do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 333).

A ameaça do desemprego era apenas latente no modo de regulação da reprodução sociometabólica do capital ao longo de séculos de desenvolvimento histórico. O “exército de reserva” do trabalho não só não representava uma ameaça fundamental para o sistema enquanto se mantivesse a dinâmica da expansão e da acumulação lucrativa do capital, mas, ao contrário, era um elemento bem-vindo e necessário para sua boa saúde. Enquanto as contradições e os antagonismos internos do sistema puderam ser geridos por “deslocamentos expansionistas”, os níveis de piora periódica do desemprego podiam ser considerados estritamente temporários, a serem superados no devido tempo, com tanta certeza quanto à noite se seguir o dia, gerando a ilusão de que o sistema “natural” de reprodução socioeconômica nada teria a temer porque seus ajustes mais cedo ou mais tarde seriam sempre executados com sucesso pelas “leis naturais”. [...] (MÉSZÁROS, 2002, p. 332).

Sobre o aprofundamento da crise estrutural Mészáros pontua que não há alternativas de superação enquanto o capital permanecer com o seu modo de reprodução social. Por isso, Mészáros afirma que os problemas acentuados por essa crise tendem a ser intensificados com o passar do tempo e colocam em risco a própria sobrevivência humana.

Nas palavras de Mészáros:

De qualquer forma, o que torna os problemas especialmente graves é o fato de que as questões de longo alcance que a humanidade enfrenta na fase atual do desenvolvimento histórico não podem ser evitadas pelo sistema do capital dominante, nem por qualquer alternativa a ele. [...] (MÉSZÁROS, 2002, p. 220).

Ademais, com relação às tentativas de solução para a crise estrutural, Mészáros considera que se a saída estiver pautada na superação das quatro questões problemáticas mencionadas anteriormente “a perspectiva de um resultado positivo está longe de ser promissora” (MÉSZÁROS, 2002, p. 810), levando em conta a natureza e o dinamismo permanente de expansão e acumulação do capital. “[...] O mais provável é, ao contrário, continuarmos afundando cada vez mais na crise estrutural, mesmo que ocorram alguns sucessos conjunturais [...]” (MÉSZÁROS, 2002, p. 810).

Portanto, como solução para essa crise estrutural sem precedentes Mészáros pontua que faz-se necessário ir para além do capital, onde seja superado “o modo de controle do capital como sistema orgânico: uma tarefa só possível como empreendimento global” (MÉSZÁROS, 2002, p. 917). Para tanto, é fundamental a adoção de uma consciência crítica, onde seja buscada uma nova ordem social viável e não garantias e soluções a curto prazo para o sistema sociometabólico do capital, que resultarão na detonação de problemas estruturais na humanidade.

### **3.2 Consequências da crise estrutural na sociedade**

Outra questão a se considerar são as consequências desastrosas geradas pela crise estrutural. Mészáros constata que essa crise atinge todas as áreas da sociedade, inclusive as instituições mais primordiais como, por exemplo, a igreja e a família. “[...]. Algumas das instituições mais fundamentais da sociedade são atingidas por uma crise nunca antes sequer imaginadas’ (MÉSZÁROS, 2002, p.924).

Além disso, Mészáros pontua que essa crise aprofunda os problemas já existentes nas áreas sociais como é o caso da educação, que teve os seus departamentos universitários transformados em unidades orçamentárias, e o serviço de saúde onde foi intensificado seu mercado interno. Esses âmbitos sociais foram duramente afetados pelos efeitos e mudanças realizadas pelo sistema sociometabólico do capital na tentativa de garantir, em uma escala sempre crescente, sua acumulação e expansão.

Um dos principais fatores responsáveis pela deficiência crescente nas áreas sociais são os cortes orçamentários. Sobre essa questão Mészáros destaca que nos dias atuais vem sendo utilizado um discurso a favor do mercado para esconder que a crise estrutural exige cortes orçamentários em escalas sempre crescente. Dessa maneira, é comunicado que o mercado demanda um serviço de saúde e um sistema educacional eficiente e de crescente economia, e para tanto, faz-se necessário cortes orçamentários em todos os setores do serviço de assistência social.

Todavia, o que realmente se passa é que a crise estrutural “profunda do sistema do capital global exige e impõe cortes em uma escala sempre crescente<sup>5</sup>, crise que sinaliza inclusive a necessidade de se destruir até mesmo o sistema de aposentadoria” (MÉSZÁROS, 2002, p. 916). Sendo assim, não só os países dependentes são afetados pelos cortes, como também os países desenvolvidos, que estão vivendo a fragmentação do Estado de bem-estar social.

No Brasil, por exemplo, os cortes nas áreas sociais estão ocorrendo de maneira desmedida a ponto de aumentar gravemente a desigualdade social no país. Por meio dos gráficos do Orçamento Federal dos anos de 2018 e 2020 podemos observar que no ano de 2018 era destinado 3,92% para o setor da educação, 4,09% para o setor da saúde e 24,48% para o setor da previdência social. No entanto, já no ano de 2020 constatamos que diminuiu para 2,49% o recurso financeiro da educação, houve um pequeno aumento no recurso da saúde que foi para 4,26%, e o recurso para a previdência social diminuiu para 20,34%. Em contrapartida, os gastos com a dívida pública cresceram de maneira demasiada.

---

<sup>5</sup> Segundo dados da UNILAB, no Brasil no ano de 2017 houve corte de 20% no orçamento das Universidades Federais.

Gráfico 1 - Orçamento Federal 2018

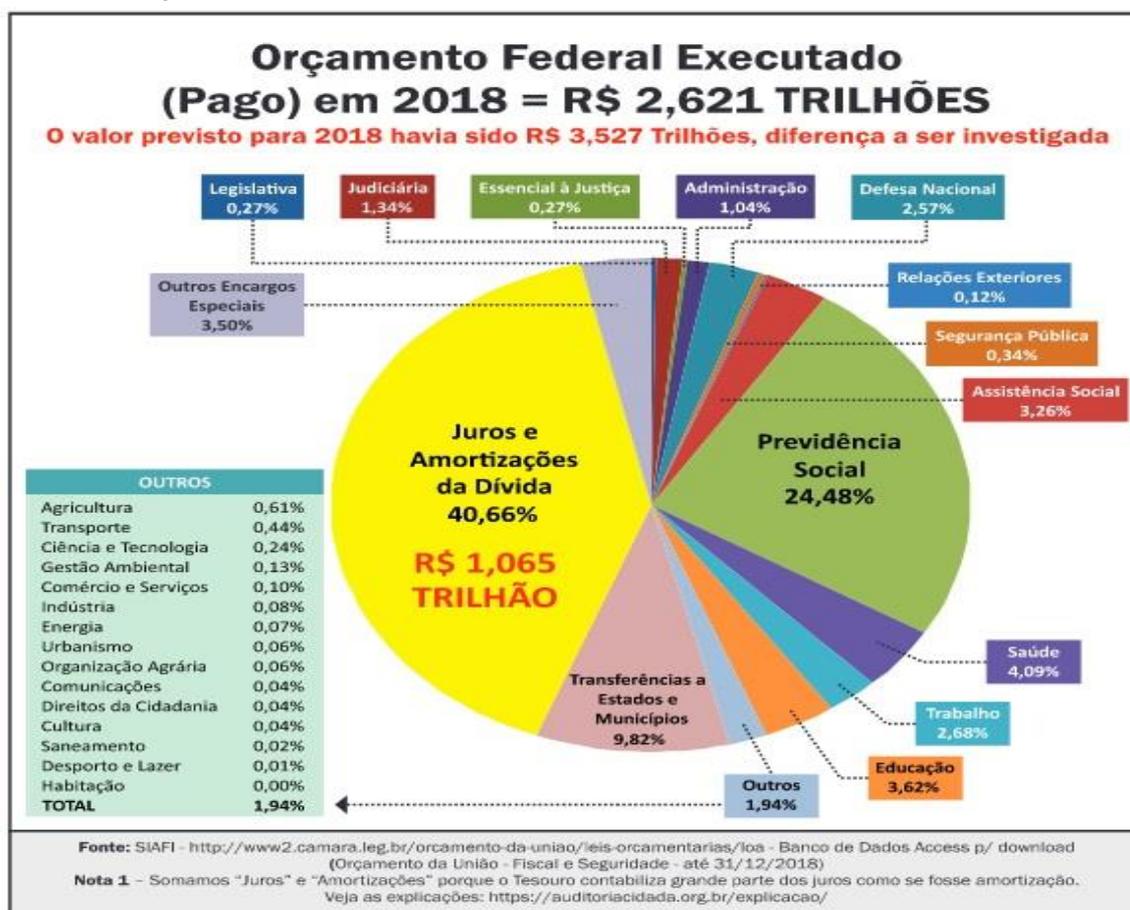
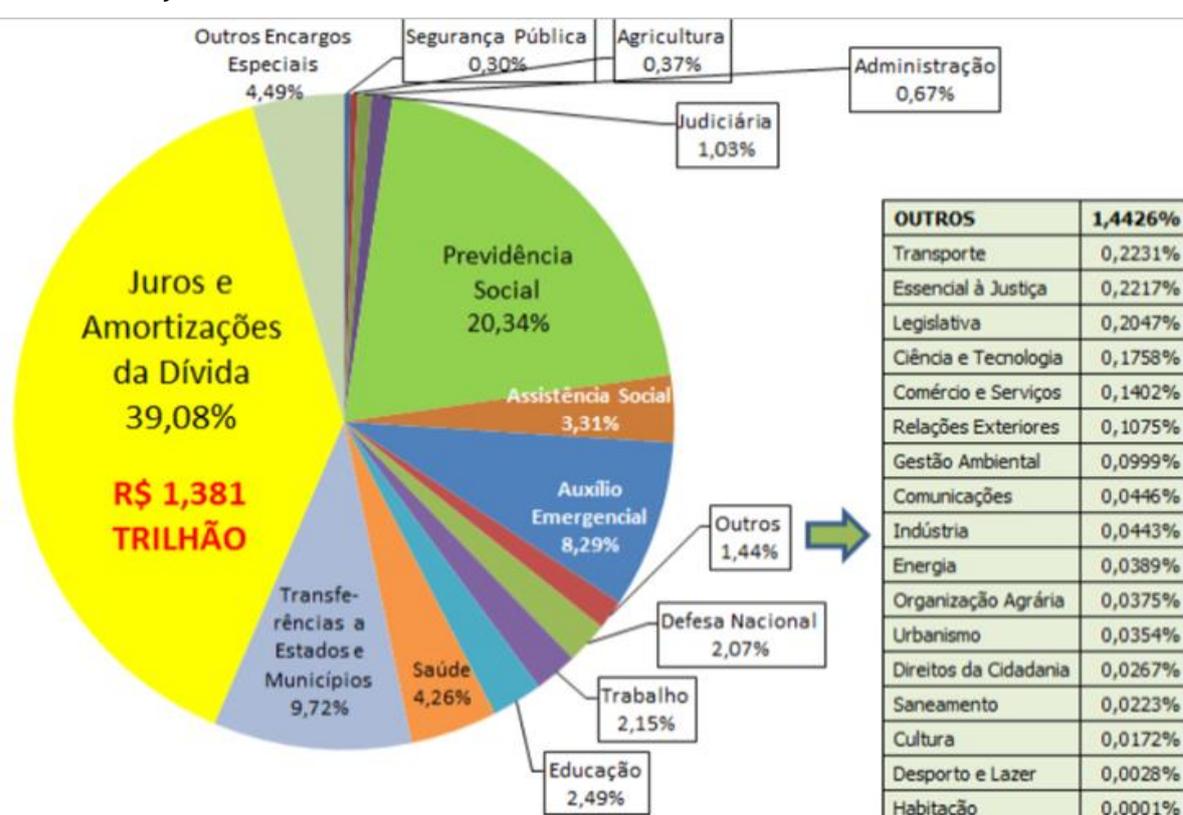


Gráfico 2 - Orçamento Federal 2020



A respeito do sistema educacional é importante ressaltar que diante da crise estrutural e da reestruturação produtiva contemporânea<sup>6</sup> o capital vem exigindo adequações nessa área para que a educação atenda às necessidades do processo produtivo. Portanto, nos dias atuais, impõe-se que a educação seja voltada para uma formação polivalente que sirva ao capital, requisitando habilidade de desenvolver diversas “funções com dinamismo, empreendedorismo, espírito de iniciativa e alta qualificação técnica”. (MORATO, 2004, p. 103 apud CARVALHO, 2009, p. 10).

No Brasil, as reformas realizadas na área da educação frente a esses acontecimentos históricos estavam voltadas aos interesses do mercado, o que facilitou a mercantilização e privatização da educação. O nível superior foi o mais afetado, uma vez que os departamentos universitários foram transformados em unidades orçamentárias, sendo criadas várias faculdades privadas com cursos de baixo nível.

Com algumas semelhanças com as reformas realizadas em países centrais, no Brasil, na década de 1990, as reformas na área da educação tiveram como orientação principal os valores do mercado, visando transferir a responsabilidade pública para a sociedade civil, contribuindo para a mercantilização e privatização da educação, sendo que o nível superior foi o mais atingido no sentido da privatização, com a criação de centenas de faculdades privadas, com cursos de baixo nível. O campo educacional torna-se, assim, um espaço lucrativo para o capital, que por estar em crise, necessita cada vez mais de áreas para investimento (CARVALHO, 2009, p. 11).

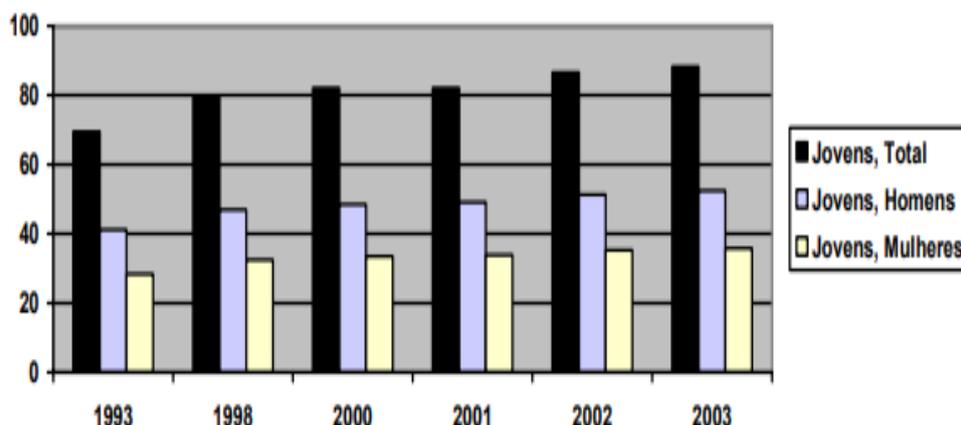
Podemos demonstrar essa mercantilização do ensino superior no país por meio dos dados do crescimento de cursos superiores em instituições privadas. Segundo dados da Câmara dos Deputados (2006), no ano de 1994 havia 3.150 cursos nas instituições privadas de nível superior e dez anos depois no ano de 2004 esse número praticamente quadruplicou chegando a 12.360 cursos.

Outra consequência incalculável gerada pela crise estrutural da atualidade é o desemprego em massa, que não se limita mais ao exército industrial de reserva, mas tomou um sentido crônico atingindo toda a humanidade, principalmente, no que diz respeito à juventude mundial (ALVES, 2008). Através do gráfico (ver gráfico 3) que segue podemos constatar um grande crescimento do desemprego da juventude no mundo durante o período de 1993 a 2003.

---

<sup>6</sup> A reestruturação produtiva contemporânea referida será desenvolvida na parte 4.

Gráfico 3 - Desemprego da Juventude no Mundo (1993-2003)

**Desemprego da Juventude no Mundo (1993-2003)**

Fonte: OIT apud ALVES (2008)

Com relação a esse emergente problema, Mézáros se volta ao período de tendência de modernização onde houve uma intensa substituição do trabalho não qualificado pelo qualificado. Ele explica que essa transferência do trabalho não qualificado pelo qualificado não pode prosseguir indefinidamente, pois

[..] há de fato uma excelente razão por que essa tendência tenha de se reverter sob as relações capitalistas de produção: os critérios desastrosamente restritivos da lucratividade e da expansão do valor de troca aos quais tal “modernização” está necessariamente subordinada. Assim, o novo padrão emergente de desemprego como uma tendência socioeconômica adquire o caráter de um indicador do aprofundamento da crise estrutural do capitalismo atual.

Dessa forma, “como resultado dessa tendência, o problema não mais se restringe à difícil situação dos trabalhadores não qualificados, mas atinge também um grande número de trabalhadores altamente qualificado” (MÉSZÁROS, 2002, p. 1005). Ambos agora disputam por uma vaga de emprego que se encontra cada vez mais escasso.

Portanto, o problema do desemprego não se limita mais aos “ramos periféricos de uma indústria obsoleta”, mas abarca alguns dos mais desenvolvidos e modernizados setores da produção – da indústria naval e aeronáutica à eletrônica, e da indústria mecânica à tecnologia espacial” (MÉSZÁROS, 2002, p. 1005).

[...]. E o mais importante de tudo é que quem sofre todas as consequências dessa situação não é mais a multidão socialmente impotente, apática e fragmentada das pessoas “desprivilegiadas”, mas todas as categorias de trabalhadores qualificados e não qualificados: ou seja, obviamente, a totalidade da força de trabalho da sociedade (MÉSZÁROS, 2002, p. 1005).

Além desses sintomas gerados pela crise estrutural do capital que foram pontuados há diversos outros como, por exemplo, a crise estrutural da política. Todos esses sintomas acentuam os “muitos sofrimentos óbvios das classes sociais estruturalmente subordinadas” (MÉSZÁROS, 2006, p. 8) e “anuncia o colapso imediato do capitalismo mundial” (MÉSZÁROS, 2002, p. 1005).

## **4 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA CONTEMPORÂNEA**

Nesta parte discutiremos a respeito do processo de reestruturação produtiva contemporânea do capital. Para tanto, elucidaremos o caráter dessa reestruturação como um método do sistema do capital para continuar acumulando de forma crescente, sustentando a sua incessante necessidade de auto-valorização do valor. Em seguida, demonstraremos como a reestruturação contemporânea surge sob a acumulação flexível com dominância da lógica organizacional toyotista. Por fim, abordaremos os efeitos e os impactos da reestruturação produtiva para a classe trabalhadora.

### **4.1 A reestruturação nas bases de produção e reprodução do capital**

O desencadeamento da crise estrutural e a manifestação de seus nocivos efeitos fez com que o sistema do capital implementasse um processo de reestruturação em suas bases de produção, com o objetivo de recuperar o seu ciclo reprodutivo e a sua dominação societária. Portanto, o capital promove diversas transformações no âmbito da produção que são constituídas por meio da “acumulação flexível, das formas de gestão organizacional, do avanço tecnológico e dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, onde se destaca especialmente o “toyotismo” ou modelo japonês” (ANTUNES, 1999, p.47).

O processo de se reestruturar produtivamente para continuar acumulando de forma sempre crescente, frente aos obstáculos que surgiram ao longo da história, foi habitualmente utilizado pelo sistema sociometabólico do capital (Mészáros, 2002). No entanto, a reestruturação produtiva contemporânea que teve início no último triênio do século XX, quando o sistema do capital se depara com uma crise fundamentalmente estrutural e sem precedentes, que aciona os seus limites últimos, possui um caráter inédito, pois o capital em crise estrutural busca instaurar uma nova forma de acumulação fundamentada na flexibilização.

De acordo com Alves (2008), o movimento em que são modificados os métodos de acumulação de mais-valia relativa para se adequar à incessante necessidade de auto-valorização do valor é denominado de reestruturação produtiva. Nesse sentido, na atualidade, experimentamos uma reestruturação produtiva do capital pela qual foram alteradas as bases de produção e reprodução social desse sistema, de tal forma

que ambos os seguimentos, produção e reprodução, se integraram em uma linha tênue. Mészáros (2002), quando abordou a crise estrutural já alertava que havia, não sem razão, essa necessidade de uma reestruturação da economia.

A reestruturação produtiva contemporânea resulta em consequências extremamente negativas, principalmente, para a classe trabalhadora, dado que tal reestruturação produtiva possui como base demandas como o abandono das políticas de emprego, a tendência à informalidade, a redução dos gastos com as políticas sociais, a flexibilização nas relações de trabalho etc. (ANTUNES, 2011). Dessa forma, é imprescindível conhecer todas as dimensões desse acontecimento histórico que é a reestruturação produtiva contemporânea para se compreender a nova ordem social e econômica.

Inicialmente, é preciso destacar, de acordo com Alves (2008), que os métodos utilizados pelo sistema do capital para a produção e a acumulação de mais-valia (cooperação, manufatura e grande indústria) são repostos ao longo da história e não substituídos. O teórico nos mostra que essas formas históricas de organização do capital são reestabelecidas conforme a fase de desenvolvimento do capitalismo.

Portanto, as formas de organização do trabalho e da produção capitalista que surgem na fase da grande indústria, demonstra uma reposição da forma de organização do trabalho do sistema manufatureiro. Além disso, “na etapa da grande indústria se repõe também, do mesmo modo, o princípio constitutivo da cooperação: o trabalhador coletivo<sup>7</sup> do capital” (ALVES, 2008, p.28).

Desta maneira, é na fase da grande indústria que o capitalismo consegue se desenvolver plenamente. “Por isso, a vigência contraditória de ideologias de racionalização do trabalho vivo (fordismo-taylorismo e toyotismo) nas condições da organização da produção capitalista baseada no princípio do trabalho morto” (ALVES, 2008, p. 28).

Nesse sentido, Alves afirma,

Pode-se, então, considerar a “acumulação flexível”, que surgiu em meados da década de 1970, não uma “ruptura” com o padrão de desenvolvimento capitalista passado, mas uma reposição de elementos essenciais da produção capitalista em novas condições de

---

<sup>7</sup> De acordo com Marx (1996), trabalhador coletivo ou trabalhador combinado é a soma da força de trabalhadores individuais no mesmo processo de produção, ou seja, “uma forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente” (p.442).

desenvolvimento capitalista e de crise estrutural do capital (2008, p. 6).

Ainda de acordo com o teórico, ao longo de quase todo o século XX a reestruturação produtiva do capital foi marcada pelas inovações fordistas-tayloristas, e a introdução destas inovações foi lenta, desigual e combinada de tal modo que durou quase todo o século. Essas inovações “dominaram todo processo de racionalização do trabalho capitalista” e alteraram todo o processo de trabalho e “a morfologia da produção de mercadorias em vários setores da indústria e dos serviços” (ALVES, 2008, p. 28).

Em síntese, podemos dizer que o fordismo foi a forma pela qual o trabalho e a indústria se consolidaram durante o século XX. Essa consolidação acontece por meio dos seus elementos constitutivos, que eram facultados pela sua característica central que é a produção em massa, “através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos, através do controle do tempo e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista, pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções [...]” (ANTUNES, 1995, p.25).

Já o toyotismo surge com o novo complexo da reestruturação produtiva do capital e “é mais um elemento compositivo do longo processo de racionalização do trabalho vivo que teve origem com o fordismo-taylorismo” (ALVES, 2008, p. 28). Harvey (1992) profere que a produção do toyotismo baseada na flexibilização é um confronto direto a rigidez do fordismo. Trataremos de aprofundar e caracterizar o modelo organizacional toyotista mais adiante.

De antemão, é importante salientar, conforme Alves (2008), que na fase contemporânea da reestruturação produtiva o capital passa a se reproduzir a partir de três dimensões: as inovações tecnológicas, as inovações organizacionais e as inovações sócio-metabólicas. Segundo o autor, esses elementos compositivos surgem na etapa da grande indústria, essencialmente, em sua etapa tardia a qual o teórico denomina de cooperação complexa<sup>8</sup>.

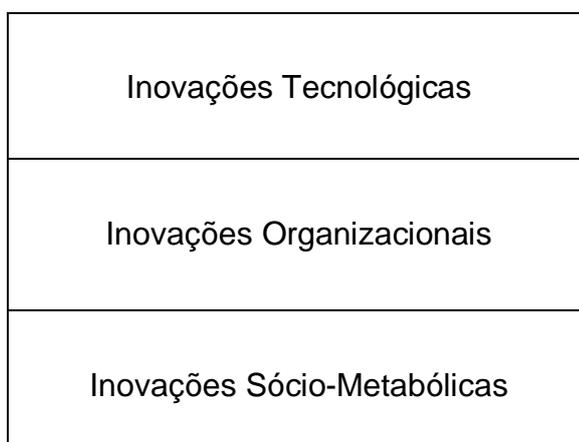
---

<sup>8</sup> Para o autor, “A “cooperação complexa” seria uma etapa de desenvolvimento crítico da grande indústria “afetada de negação” ou um novo espaço-tempo sócio-histórico da produção (e reprodução) do capital sob as condições críticas da grande indústria no interior da qual estão pressupostas, como pressupostos negados, elementos da pós-grande indústria (o que implicaria pensar uma materialidade sócio-produtiva para além do capital)” (ALVES, 2008, p. 29).

Segundo Pinto (2007), a reestruturação produtiva contemporânea, que tem início na década de 1970, deriva de uma instabilidade macroeconômica mundial que se concebeu nesse mesmo período. O autor elucida que essa instabilidade no âmbito econômico e os seus desequilíbrios afeta o crescimento dos mercados nacionais e proporciona a utilização de inovações tecnológicas e organizacionais, modificando, assim, as formas de produção e de circulação de mercadorias. Além disso, ele afirma que após a introdução dessas inovações no âmbito da produção, os mercados passaram a ser atendidos por um sistema produtivo que tem como base a flexibilização.

Dessa forma, a nosso ver, faz-se necessário nos determos em cada uma dessas três dimensões para o entendimento do modo de funcionamento do sistema sociometabólico do capital na atualidade e seus efeitos para a classe trabalhadora. Para tanto, de início, iremos tratar das inovações organizacionais com base no espírito do toyotismo, pois é esse modelo de produção que determina a base organizacional do capital na contemporaneidade. Em seguida, abordaremos as inovações tecnológicas, que é fruto da Terceira Revolução Industrial e da Quarta Revolução Tecnológica, as quais contribuem para o desenvolvimento do toyotismo. E, por fim, trataremos de abordar as inovações sócio-metabólicas, pois são estas que estabelecem a base material das inovações técnico-organizacionais (ALVES, 2008). Isto corroborando o esquema abaixo proposto por Alves (2008).

#### **Dimensões da Reestruturação Produtiva**



Fonte: ALVES (2008)

#### **4.2 A reprodução do capital a partir de três dimensões**

O toyotismo é uma inovação organizacional, que busca atender às necessidades do capital em situação de crise estrutural para "retomada do seu patamar de acumulação e ao seu projeto global de dominação" (ANTUNES, 1999, p.50). O advento do toyotismo transforma significativamente o mundo do trabalho, de tal modo que não atinge somente a materialidade da classe que vive do trabalho, "mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser" (ANTUNES, 2011, p.23).

Esse modelo de produção surge no Japão após a Segunda Guerra Mundial, mais precisamente no ano de 1950, na empresa Toyota Motor Company (PINTO, 2007). No entanto, é somente a partir da mundialização do capital, por volta dos anos de 1980, que ele se torna uma categoria universal. É importante ressaltar que,

a difusão internacional do sistema toyotista de organização somente pôde ser viabilizado pelo amparo jurídico e institucional dado pelos Estados nacionais às relações entre as empresas e, principalmente, entre a classe trabalhadora e o empresariado (PINTO, 2007, p.40 e 41).

De acordo com Gounet (1999), o toyotismo tem dupla origem, a primeira parte da ideia de que as empresas japonesas precisavam ser tão competitivas como as dos Estados Unidos (EUA), pois caso contrário estariam em risco de desaparecimento. E a segunda origem advém da necessidade de aplicar as medidas fordistas no Japão, porém de maneira distinta da prática norte-americana.

Quando foi implantado, o toyotismo ofereceu uma resposta à crise financeira que ocorria no Japão no pós-guerra, conseguindo aumentar a produtividade sem aumentar o número de trabalhadores. Quando esse modelo de produção passou a ser introduzido em diversas empresas japonesas o resultado foi a elevação do patamar de produção, gerando altíssimos índices de acumulação capitalista (ANTUNES, 1999).

Esse modelo japonês é um método de produção que possui como uma de suas características centrais a imprescindibilidade do engajamento moral-intelectual (Alves, 2008). Isto significa que esse sistema projeta capturar a subjetividade do indivíduo que trabalha, exigindo que este mobilize completamente sua mente e seu corpo no processo de produção. Desse modo, o toyotismo coloca uma linha tênue entre a produção e a reprodução, manipulando completamente o trabalho vivo.

Esse novo modelo de produção possui como característica “a gestão pelos olhos”<sup>9</sup>, pois possibilita ao capital o controle absoluto sobre todo o processo de produção. “O sistema toyotista de organização intensificou o controle patronal sobre os trabalhadores nos locais de trabalho. [...] isso tornou possível um controle ativo sobre os trabalhadores e desenvolveu a chamada gestão pelos olhos” (PINTO, 2007, p.65).

Além disso, ele possui um grande interesse pela eliminação dos custos e do desperdício, por isso, tem como finalidade aumentar a produtividade diminuindo profundamente o desperdício na superprodução. Para tanto, ele diminui a quantidade de trabalho vivo, o que implica em altas taxas de intensificação do processo de trabalho e de exploração da classe trabalhadora (ANTUNES, 1999).

Para atingir esse objetivo de eliminação do desperdício, no âmbito da produção, o toyotismo se utiliza do regime do *just-in-time*<sup>10</sup>, empregado sobretudo com o objetivo de produzir segundo a demanda do mercado. “Organizar-se sob o regime just-in-time significa produzir somente o que é necessário (seguindo exatamente as especificações do cliente), na quantidade necessária (nem mais, pois deve abolir o estoque, nem menos) e no momento necessário [...]” (PINTO, 2007, p. 62).

[...] o just-in-time, que quer dizer "no momento certo", ou seja, produzir o produto necessário na quantidade e momento necessários. A idéia é produzir, num dado período, apenas o que terá utilização imediata. Para isso, o fluxo produtivo, dentro da fábrica, deve ser olhado do fim para o começo, numa seqüência de pequenas unidades ou ilhas de fabricação independentes, que funcionam como cliente e fornecedor. Cada unidade de produção emite à unidade anterior a informação de quantas peças devem ser produzidas ou a quantidade de matéria-prima necessária. A implantação de sistemas just-in-time, com vistas a alcançar a produção apenas do que está sendo requisitado no momento, depende de um bom sistema de informação e controles na produção (BUSNELLO, 2013, p.30).

---

<sup>9</sup> Pinto (2007), pontua como essa “gestão pelos olhos” opera dentro das fábricas: “A centralização de várias funções dentro de postos polivalentes trouxe facilmente à vista das gerências o trabalho defeituoso, ou então, o acúmulo de estoques, evidenciando a capacidade produtiva ociosa” (p.65). Conforme o autor, em alguns casos são utilizados cartazes em cada posto de trabalho, para sinalizar publicamente a produtividade de cada funcionário e as dificuldades que ele tem encontrado no desenvolvimento de seu trabalho. O teórico elucida ainda sobre a disposição de placas luminosas que são instaladas nos postos de produção, esses objetos mostram três cores como um semáforo (verde, amarelo e vermelho), quando a luz verde se acende significa que a produção está ocorrendo perfeitamente, se a luz amarela se acende significa que a produção está indo rápido demais e problemas podem ser gerados, e se a luz vermelha se acende significa que está ocorrendo algum problema na produção. Portanto, “a chefia passou a dispor, a todo instante, de informações preciosas para assegurar-se de que a produção se desenrola em um fluxo contínuo” (p.66).

<sup>10</sup> *Just-in-time* é um termo da língua inglesa que significa “no tempo certo”.

Trata-se, portanto, de um regime que altera a gestão da produção e do trabalho, que diminui a quantidade de trabalho vivo e intensifica o processo do trabalho, uma vez que exige-se um trabalhador que desenvolva múltiplas habilidades, que opere diversas máquinas em diversos setores. Em outras palavras, o toyotismo exige um trabalhador polivalente, exercendo a multifuncionalidade.

[...]. O trabalhador deve ser capaz de ocupar diferentes postos de trabalho, de intervir em diferentes tipos de materiais, de inserir-se em diferentes segmentos do processo de trabalho, etc. Fluidez e flexibilidade se conjugam para exigir uma força de trabalho polivalente, qualificada, operando em equipes, que ligam estreitamente operários, técnicos, administradores, etc. (ALVES, 2008, p. 47).

Ademais, para conseguir êxito com o regime *just-in-time* a produção capitalista sob o toyotismo utiliza-se da ferramenta *kanban*, que basicamente consiste em dispositivos mecânicos que informam acerca do fluxo de produção, com o objetivo de permitir uma maior administração do modo de produção. Conforme Gounet (1999, p.27),

para organizar concretamente a produção instala-se o *kanban*. É uma espécie de placa que indica muitas coisas, porém a mais importante é a peça ou o elemento ao qual está ligada. Assim, quando a equipe precisa de um painel para o carro que está montado, pega um painel na reserva. Nesse momento, retira o *kanban* da peça empregada. Esta volta ao departamento que fabrica painéis. Essa unidade sabe então que precisa reconstruir o estoque esgotado. Portanto, o *kanban* serve antes de mais nada como senha de comando. Mas na organização flexível da produção, puxada pela demanda, é um método rápido, fácil e essencial.

Portanto, *kanban* é um sistema de informação para controlar a quantidade de fabricação de determinada peça, evitando-se, assim, o desperdício, pois só se produz quando uma peça é retirada do estoque para venda. Sendo assim, a produção ocorre conforme a demanda do mercado. O sistema *kanban* desenvolveu um papel fundamental "na reagregação das diferentes funções em poucos postos de trabalho" (PINTO, 2007, p.59).

Outro elemento fundamental desse modelo de produção é a autonomia (que é a junção das palavras autonomia mais automação), que diz respeito à produção flexível. A autonomia projeta a utilização de máquinas automáticas e "inteligentes"

que, após serem ligadas, funcionem e parem sozinhas (de forma automática). Dessa forma, estas máquinas, ao detectarem alguma falha, e com o objetivo de evitar a fabricação de produtos defeituosos, param a produção (PINTO, 2007).

Outro objetivo da automação é a liberação do operário para realizar outras funções e operar outras máquinas, uma vez que esse funcionamento automático dispensa a mão-de-obra humana durante o processo de fabricação, após as máquinas serem ligadas. Contribuindo, assim, com a diminuição do trabalho vivo e com o princípio da polivalência, no qual o trabalhador necessita exercer a multifuncionalidade.

As operações essenciais do operário passam a ser, por um lado, deixar as máquinas funcionarem e, por outro, preparar os elementos necessários a esse funcionamento de maneira a reduzir ao máximo o tempo de não-produção. Assim, rompe-se a relação de um homem/uma máquina. [...]. Isso tem duas consequências imediatas: o trabalho não é mais individualizado e racionalizado conforme o taylorismo; é um trabalho de equipe; a relação homem-máquina torna-se de uma equipe de operários frente a um sistema automatizado; em segundo lugar; o trabalhador deve torna-se polivalente para operar várias máquinas diferentes em seu trabalho cotidiano, mas também para ajudar o colega quando preciso (GOUNET, 1999, p. 27).

Esses três pilares do toyotismo (*just-in-time*, *kanban* e automação) são fundamentos que buscam capturar a subjetividade do trabalho vivo, fazendo com que os trabalhadores olhem “seus interesses históricos de classe do proletariado pelo avesso ou de um ponto de vista oposto. O “pensar pelo avesso” é elemento indispensável para que o processo de produção possa fluir tanto quanto possível” (ALVES, 2008, p. 28).

Portanto, o toyotismo é uma inovação organizacional que busca capturar a subjetividade do trabalhador tornando-o completamente manipulado. “Nesse sentido, o toyotismo, como a cooperação, é uma inovação meramente organizacional que busca racionalizar a produção atacando outro ângulo: a intensa espoliação da subjetividade do trabalho vivo” (ALVES, 2008, p. 56).

É importante evidenciar que esse novo modelo de acumulação flexível não implica somente a flexibilidade no processo de produção, mas demanda também uma flexibilização da contratação salarial. Desta maneira, há um desmonte das políticas estatais que regem o processo de trabalho, principalmente, durante os procedimentos

de contratação e demissão, deixando o trabalhador desprovido da proteção social e jurídica do Estado.

A flexibilização da produção exige que se flexibilizem as leis que regulamentam o uso e a alocação da força de trabalho pelas empresas. Isso implica em alterações na legislação trabalhista, levando, principalmente nas economias periféricas, onde já são escassas as estruturas de proteção social por parte do Estado, à redução dos direitos dos trabalhadores e a crise do movimento sindical, através da elevação do número de contratações precárias (como as temporárias, por tempo parcial etc.), mudanças nas formas salariais (como vinculação dos salários ao faturamento das firmas), com heterogeneização entre os segmentos do mercado de trabalho (PINTO, 2007, p. 70).

Com essa finalidade, o toyotismo oferece formas atípicas de contratação como, por exemplo, a subcontratação de pessoas e serviços, a chamada terceirização. Portanto, o toyotismo intensifica a exploração da força de trabalho, precariza ainda mais as condições de trabalho vivo, captura a subjetividade do trabalhador, desestabiliza os sindicatos trabalhistas e projeta a desregulamentação de políticas que regem o trabalho (ANTUNES, 1999).

A segunda dimensão da reprodução do capital em tempos de cooperação complexa diz respeito às inovações tecnológicas que é fruto da Terceira Revolução Industrial e da Quarta Revolução Tecnológica. "O sistema mundial do capital em sua etapa mais desenvolvida possui, como pressuposto material, uma base técnica complexa de matriz informacional, caracterizada por redes informáticas e telemáticas de comunicação" (ALVES, 2008, p.70).

Nessa etapa em que o capital se encontra mais desenvolvido, as empresas de capital concentrado adotam as tecnologias de informação e comunicação (TIC's) para realização do processo de produção das mercadorias. Tal medida implica na contribuição para elaboração de novas estratégias empresariais, que impulsionaram a universalização do capital e da produção flexível (ALVES, 2008).

Essa base técnica adotada pelo sistema do capital contribui também para a luta contra o trabalho organizado.

As novas tecnologias proporcionaram a estruturação dessas empresas na forma de redes, o que deu mais poder ao grande capital, não apenas na alocação dos fatores de produção e na busca de novos mercados de consumo, mas igualmente na luta contra o trabalho organizado. Nesse sentido, as inovações tecnológicas aparecem

como armas da ofensiva do capital na produção, alterando profundamente os termos da luta de classes e as relações dos grandes grupos capitalistas com a classe trabalhadora organizada (ALVES e WOFF, 2007).

A Terceira Revolução Industrial emerge na fase da grande indústria em sua etapa tardia, com a nova maquinaria automática. Essa revolução introduziu a automação industrial de base microeletrônica, que promoveu mudanças significativas no âmbito econômico e foi essencial para a criação de novas indústrias. Além disso, elas conceberam um novo espaço virtual de informação e comunicação, o ciberespaço.

No que tange à esfera da circulação, as TIC's igualmente constituíram um novo espaço virtual de informação e comunicação – o ciberespaço – inaugurando o que denominamos de Quarta Revolução Tecnológica, que constitui o desdobramento radical da Terceira Revolução Tecnológica, a revolução informática, também conhecida como Terceira Revolução Industrial, que marca o desenvolvimento da grande indústria pós-fordista (ALVES e WOFF, 2007, p.518).

De acordo com Alves e Woff (2007), a Quarta Idade das máquinas é marcada pelo enorme salto qualitativo que as máquinas informacionais propiciam. Estas, além de serem máquinas de produção, também se tornam máquinas de reprodução social, para tanto, elas se constituem como redes de virtualização nos campos de consumo e de manipulação social.

Ainda conforme os teóricos, a forma-mercadoria dessa Quarta Idade das máquinas é a mercadoria-informação, pois é por meio da informação que são aprimorados os processos e os produtos. O surgimento das novas tecnologias telemáticas e de informação em rede constituíram um novo espaço de sociabilidade de interação sócio-humana, denominado de ciberespaço, onde

[...] surge a possibilidade, e apenas a possibilidade de o homem não ser meramente meio, como ocorria com a máquina da grande indústria, mas, sim, pólo ativo de um processo de subjetivação afetado pela categoria de trabalho imaterial, uma forma de trabalho concreto inscrita na totalidade viva do novo trabalhador coletivo. O processo de subjetivação só existe no âmbito do trabalho imaterial como momento desenvolvido da própria produção material (ALVES, 2008, p. 76).

Deste modo, a criação de uma nova base material para uma nova hegemonia do capital na produção social constitui uma nova forma do controle do trabalho pela

captura da subjetividade, fazendo alusão ao modelo toyotista, exigindo que o trabalhador tenha diversas habilidades, para que possa exercer diversas funções em diferentes setores. Esse requisito de trabalhadores flexíveis coloca para o âmbito educacional a premissa de promover uma formação que seja voltada unicamente para atender às novas necessidades do sistema sociometabólico do capital.

Isto é o que Alves (2008) denomina de ideologia de “gestão por competência”, na qual o trabalhador deve ser instrumentalizado de tal forma que precisa ter uma utilidade prática e imediata para atender tão somente as necessidades da empresa (do processo de racionalização do capital). Outrossim, essa “gestão por competência” coloca ao trabalhador uma “régua” para medir sua a qualidade de qualificação, que é determinada pelo produto final do seu trabalho.

Por fim, no que tange a essa segunda dimensão da reestruturação produtiva contemporânea, iremos abordar o conceito de “empresa em rede” que prescinde das TIC’s.

Resumidamente, a “empresa em rede” consiste em uma relação entre as empresas, pela qual as empresas maiores se apropriam de valores produzidos pelas empresas menores, fomentando uma terceirização industrial, que consiste em um complexo de subcontratações industriais. Dessa forma, as inovações tecnológicas desse novo complexo da reestruturação produtiva proporcionam:

(1) uma ofensiva do capital na produção, ativando novas formas de controle do trabalho morto sobre o trabalho vivo, desmontando relações salariais e “flexibilizando” contratos de trabalho (o componente político das inovações tecnológicas, tendo em vista a “autonomização do capital constante”, age menos para baratear o custo da mercadoria força de trabalho e mais para impor novas formas de subsunção do trabalho ao capital, desmontando nichos de trabalho organizado que poderiam se contrapor às novas estratégias corporativas) (BELUZZO, 1987); (2) a redução dos custos de integração da empresa-rede que surge a partir do oligopólio mundial e (3) para garantir novas formas de rentabilidade derivada das “rendas relacionais”, isto é, das relações entre empresas no curso do complexo de terceirizações industriais (ALVES, 2008, p. 85).

A última dimensão da reestruturação produtiva do capital, baseada na cooperação complexa, diz respeito às inovações sócio-metabólicas, sobretudo, dentro das grandes empresas. Essas inovações sócios-metabólicas aparecem com um novo poder da ideologia de mercado, que expõe mais do que nunca o caráter manipulatório do capitalismo.

Ainda segundo Alves, a conjuntura atual de inovações-tecnológicas que sucede a sociedade em rede é um fator fundamental para êxito desse poder da ideologia do mercado. Tendo em vista que os diversos equipamentos eletrônicos que são utilizados por grande parte da sociedade mundial como, por exemplo, computadores, televisores, aparelhos celulares e internet, são meios materiais de disseminação dos aparatos midiáticos, portanto, o capitalismo global fortalece e intensifica o poder ideológico do mercado.

À vista disso, a sociedade atual a todo momento encontra-se sendo manipulada pela ideologia do sistema do capital por meio da “modernização”, que por meio das TIC’s atingem um grande alcance. Dessa forma, os valores de mercado da sociedade burguesa atuam constantemente no pré-consciente e no inconsciente da humanidade, capturando a subjetividade destes tanto no âmbito do mundo do trabalho, como na vida social. Por isso, pontuamos que esse novo complexo da reestruturação produtiva do capital coloca uma linha tênue entre a produção e a reprodução social, tornando o indivíduo completamente manipulado pelo capitalismo.

É importante ressaltar que os valores do toyotismo não perpassam somente as empresas de capital, mas também se encontram no campo educacional, como já mencionamos mais acima. Os discursos e as práticas que são pregados dentro das escolas estão voltados para uma educação profissionalizante, afim de que os alunos já se formem no ensino médio prontos para ingressarem no mercado de trabalho e atenderem as necessidades do capital e para reproduzirem a filosofia do toyotismo.

Segundo Pinto (2007), os valores-fetiches que são disseminados pelo toyotismo perpassam o campo educativo, pois o toyotismo estabelece “um tipo ideal de trabalhador, do qual se exige iniciativa, equilíbrio, acessibilidade e facilidade no trabalho em equipe” (p.71) e entre outras demandas. Dessa forma, “as instituições de ensino têm, assim, se pautado por um reforço em torno de uma formação básica e generalista, buscando adequar os trabalhadores aos futuros postos multifuncionais” (p. 70).

Dessa maneira, mesmo quando tentamos nos deligar dos afazeres profissionais não conseguimos, pois a todo instante somos “bombardeados” com imagens e informações que nos levam a pensar que precisamos estar sempre em alto grau de produtividade, criando, dessa forma, expectativas e utopias de mercado.

Assim, essa ideologia nos exige uma produtividade constante e uma mentalidade pró-ativa, que faz parte da filosofia toyotista, onde é capturada a

subjetividade do indivíduo, afetando as relações afetivo-existenciais. Portanto, trata-se, de uma ideologia do sócio-metabolismo do capital que nos traz uma “cegueira” objetiva nos deixando a mercê dos interesses e objetivos de desenvolvimento e de lucratividade do sistema do capital.

Voltando para Alves (2008), essas inovações sócio-metabólicas significam uma reforma moral-intelectual de cariz neoliberal<sup>11</sup>, que permeia toda a totalidade social. Ainda de acordo com o teórico, diante dessa conjuntura atual, a vida social se torna um *business*<sup>12</sup>, onde somos transformados em uma sociedade de produtores como uma tentativa de mascarar e ocultar as contradições intrínsecas do capitalismo em sua etapa de crise estrutural.

O toyotismo nos exige, portanto, uma produção constante, de modo que devemos estar nos desenvolvendo, modernizando e reproduzindo continuamente.

Conclui-se, portanto, que no capitalismo industrial em sua fase tardia, a manipulação se torna o nexos central desse sistema. Ele se utiliza dessas três dimensões, as inovações tecnológicas, as inovações organizacionais e as inovações sócio-metabólicas, com o objetivo de capturar a subjetividade do indivíduo, para promover seus interesses de auto-valorização do valor.

Na verdade, a introdução da maquinaria complexa, das novas máquinas informatizadas que se tornam inteligentes, ou seja, o surgimento de uma nova base técnica do sistema sociometabólico do capital, que propicia um novo salto da subsunção real do trabalho ao capital, exige, como pressuposto formal ineliminável, os princípios do toyotismo, no qual a captura da subjetividade operária é uma das precondições do próprio desenvolvimento da nova materialidade do capital. As novas tecnologias microeletrônicas na produção, capazes de promover um novo salto na produtividade do trabalho, exigiriam, como pressuposto formal, o novo envolvimento do trabalho vivo na produção capitalista (ANTUNES e ALVES, 2004, p. 346).

Precisamos evidenciar que toda essa conjuntura atual do capitalismo tem como objetivo central mascarar o alcance de seus limites absolutos e os impactos desses acontecimentos na sociedade, como a crise estrutural do mercado de trabalho e o esgotamento dos recursos naturais vitais para a existência humana.

---

<sup>11</sup> Trataremos de abordar no próximo parte a influência e o papel do neoliberalismo nesse novo complexo da reestruturação produtiva contemporânea do capital.

<sup>12</sup> A palavra *business* da língua inglesa significa “negócios”.

Tendo em vista o que foi exposto, podemos exemplificar esse mascaramento e essa tentativa de ocultar a crise estrutural do capital com a ideia do auto-empresendedorismo que muito é disseminada na atualidade. Essa ideologia propõe que o homem se torne empresário de si próprio (seu próprio patrão), com a propaganda midiática de que quando você se torna seu próprio patrão diversas são as vantagens como, por exemplo, a flexibilização nos seus horários de trabalho e alta lucratividade.

A ideologia do auto-empresendedorismo é utilizada para ocultar o desemprego crônico desencadeado com a crise estrutural do capital e as contradições intrínsecas desse sistema. “A exaltação da ideologia empreendedora no capitalismo atual pode ser explicada pela funcionalidade que suas características centrais adquirem no contexto de desemprego estrutural e da necessidade de manutenção da hegemonia burguesa” (VALENTIM e PERUZZO, 2017, p.117).

A funcionalidade do empreendedorismo na contemporaneidade está, portanto, na sua capacidade de produzir um apagamento dos conflitos entre capital e trabalho e das contradições do sistema capitalista de produção no que se refere ao desemprego enquanto condição estrutural deste modo de produção. Ao mesmo tempo, busca camuflar as relações entre capital e trabalho, empregado e empregador, transformando-as, aparentemente, em relações entre empreendedores. Assim, a aparente transformação de trabalhadores em empreendedores implica na ampliação substantiva da polivalência do trabalhador, que passa a ser operário, gerente e proprietário ao mesmo tempo (VALENTIM e PERUZZO, 2017, p.123).

Por fim, é importante evidenciar que essa ideologia do auto-empresendedorismo não foi formada somente para ocultar as contradições do capitalismo, ela visa também fortalecer a ideia da “empresa em rede”, onde são criadas empresas colaboradas que promovem o desenvolvimento de empresas maiores, por meio da terceirização, como já mencionado.

## 5 O NEOLIBERALISMO

Nesta parte, pretendemos abordar o neoliberalismo como uma estratégia político-econômica da burguesia, contraposta ao Estado intervencionista e de Bem-Estar Social, na tentativa de solucionar as dificuldades expansionistas do sistema sociometabólico do capital em conjuntura de crise estrutural. Além disso, elucidaremos a teoria neoliberal como um mecanismo para reestabelecer o poder de uma elite econômica. Logo após, mostraremos como e por que o neoliberalismo tem como objetivo desestruturar os sindicatos trabalhistas enquanto instrumento de luta da classe trabalhadora. Por fim, trataremos sucintamente da entrada das medidas político-econômicas do neoliberalismo no Brasil e seus efeitos para os sindicatos.

### 5.1 A hegemonia do neoliberalismo

Paralelamente aos dois acontecimentos históricos já abordados, a crise estrutural do capital e a reestruturação produtiva contemporânea, após a Segunda Guerra Mundial, emerge o neoliberalismo, na Europa e na América do Norte, lugares onde o capitalismo imperava (ANDERSON, 1995).

O neoliberalismo nasce como uma reação teórica e política da burguesia, contraposta ao Estado intervencionista e de Bem-Estar Social, na tentativa de solucionar as dificuldades expansionistas do sistema sociometabólico do capital em conjuntura de crise estrutural.

A teoria neoliberal sugere que a solução para os obstáculos decorrentes do acionamento dos limites absolutos do capital encontra-se tão somente no mercado. Dessa forma, os neoliberais pregam que o mercado é um elemento fundamental e indispensável para resolver os problemas sociais como, por exemplo, o problema do desemprego crônico. Portanto, essa teoria possui uma grande preocupação em mostrar para o mundo o mercado como a única instância essencial para sistematizar e solucionar todos os problemas da humanidade.

É nesse sentido que os neoliberais vão retomar a tese clássica de que o mercado é a única instituição capaz de coordenar racionalmente quaisquer problemas sociais, sejam eles de natureza puramente econômica ou política. Daí a preocupação básica da teoria neoliberal em mostrar o mercado como um mecanismo insuperável para estruturar e coordenar as decisões de produção e investimento

sociais.<sup>3</sup> Conseqüentemente, mecanismo indispensável para solucionar os problemas de emprego e renda na sociedade (TEIXERA, 1996, p. 195).

Segundo Teixeira (1996), apesar do neoliberalismo ter surgido como uma reação teórica e política ao modelo centrado em uma intervenção de Estado, o contexto histórico em que ele nasce o faz ganhar um alcance prático universal, principalmente, com o processo de mundialização dos circuitos financeiros do capital, que produz um único mercado de dinheiro, que não possui qualquer tipo de ação estatal nacional.

Harvey (2008) aponta que a teoria neoliberal é uma prática político-econômica que defende que o bem-estar humano pode ser melhor garantido por meio de mecanismos que despertem a capacidade de empreendedorismo individual, em uma estrutura social na qual a propriedade privada, o livre mercado e o livre comércio sejam garantidos e defendidos pelo Estado como direitos sólidos.

Outrossim, conforme o autor, o neoliberalismo preconiza que o papel do Estado deve ser o de atuar para garantir o funcionamento apropriado do mercado, garantir a qualidade e a integridade do dinheiro, determinar funções militares para proteger a propriedade individual e, caso não exista mercados, o Estado deve criá-los.

No entanto, o Estado não pode ir além dessas funções estabelecidas, pois, segundo os neoliberais, ele não possui acesso a informações satisfatórias do funcionamento dos preços de mercado, assim, sua intervenção nos mercados, mesmo sendo criados por este, deve ser mínima.

[...]. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado para os mercados (uma vez criados) devem ser mantidas em um nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, O Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício (HARVEY, 2008, p. 3).

Desde os anos de 1970, houve uma proliferação dos ideais neoliberais por toda a parte do mundo, pregando um discurso sedutor de liberdade individual garantida por meio do livre mercado e do livre comércio. “O neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de

pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo” (HARVEY, 2008, p. 4).

Anderson (1995) elucida que a hegemonia<sup>13</sup> do neoliberalismo se inicia na década de 1970, mais especificamente no ano de 1979, quando surge a oportunidade de eleger um governo neoliberal em um país de capitalismo avançado. Ao final da década de 1970, foi eleito na Inglaterra o governo Thatcher que aplica diversas medidas neoliberais no país como, por exemplo, o lançamento de um amplo programa de privatização e a criação de níveis de desemprego massivos.

Um ano depois da eleição do governo Thatcher na Inglaterra, nos Estados Unidos, foi eleito Ronald Reagan, que também coloca em prática as medidas neoliberais, seguindo uma administração anticomunista (ANDERSON, 1995).

Além disso, o teórico afirma que foi após a Segunda Guerra Mundial que os ideais neoliberais começaram a ganhar terreno efetivo. No pós-guerra, os sinais da crise estrutural começaram a aparecer na sociedade como, por exemplo, o crescimento exacerbado da inflação e do desemprego. A partir desse momento, já não cabia mais ao sistema capitalista se utilizar das políticas fordistas-keynesianas que até então estavam sendo empregadas, portanto, a única resposta que o capitalismo encontrou para manter sua natureza insaciável de acumulação foram as medidas político-econômicas do neoliberalismo.

A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno (ANDERSON, 1995, p.2).

A política neoliberal foi aplicada na tentativa de conter os problemas advindos da crise estrutural do capital, como os perigos geopolíticos que poderiam levar à uma possível guerra mundial. Dessa maneira, para que esses problemas não “explodissem” na humanidade e o poder capitalista fosse ameaçado, começou-se a propagar o pensamento de que para restaurar e solucionar os problemas do mundo se fazia necessário a existência de um Estado, de um mercado e de uma instituição democrática para a garantia da paz e do bem-estar humano (HARVEY, 2008).

---

<sup>13</sup> Utilizamos o conceito de hegemonia de acordo com a concepção marxista, com base na análise entre as classes sociais, onde há a dominação de uma classe social sobre as demais.

Daí em diante, o capitalismo “mergulhou” nas práticas do neoliberalismo, e desde então constatamos uma crescente tendência à privatização dos bens públicos, uma desigualdade social crescente, redução de impostos, um Estado mínimo, facilitação de investimentos estrangeiros diretos e um forte incentivo para a adesão da propriedade privada (ANDERSON, 1995).

De acordo com Anderson (1995), o Chile foi o primeiro país dependente a experimentar os ideais neoliberais após o golpe de Pinochet, em 1973. Nesse episódio, o presidente Salvador Allende, que havia sido democraticamente eleito pela população, começou a sofrer duras repressões das elites de negócios chilenas, que tiveram apoio das corporações dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, os movimentos sociais e as organizações populares que lutaram na época contra o golpe foram reprimidos com violência.

Nesse momento, a economia chilena se encontrava estagnada e foi reestruturada segundo os preceitos das teorias neoliberais, pelo que “reverteram as nacionalizações e privatizaram os ativos públicos, liberaram os recursos naturais [...] à exploração privada e não regulada, privatizaram a seguridade social e facilitaram os investimentos estrangeiros e o comércio mais livre” (HARVEY, 2008, p. 9).

Isto posto, observa-se que o neoliberalismo desfaz o Estado intervencionista que garante o bem-estar humano aplicados por meio das políticas fordistas-kaynesianas, exigindo, portanto, um Estado mínimo que não possui mais o papel de garantir condições básicas de pleno emprego para a classe trabalhadora.

É importante evidenciar que a adoção das práticas neoliberais não se deu somente com a intenção de construir propostas econômicas e políticas para reorganizar o capitalismo internacional. Harvey (2008) exhibe dados que mostram que desde a adoção do Estado neoliberal há efeitos de uma desigualdade social crescente, que ele pontua serem até mesmo estrutural do neoliberalismo.

Após a aplicação dos ideais do neoliberalismo, em muitas partes do globo, as riquezas ficaram ainda mais concentradas nas mãos da minoria, de tal maneira que foi restaurado o poder de classe. “Depois da implementação de políticas neoliberais no final dos anos de 1970, a parcela nacional do 1% mais rico dos Estados Unidos disparou, chegando a 15%” (HARVEY, 2008, p. 17).

Podemos, portanto, interpretar a neoliberalização seja como um projeto utópico de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto político de

reestabelecimento das condições da acumulação do capital e de reestruturação do poder das elites econômicas. [...] (HARVEY, 2008, p. 18).

Além desse crescimento da concentração de riquezas nos Estados Unidos, outros países como a Grã-Bretanha e a China também passaram a viver esse processo de restabelecimento das condições de acumulação de riquezas e de poder (HARVEY, 2008). Após a adoção das políticas-econômicas do neoliberalismo esses países apresentaram um imenso aumento na desigualdade social de modo que podemos ressaltar que o neoliberalismo foi fundamental para restaurar o poder de uma elite econômica.

## **5.2 O neoliberalismo e a desestruturação dos sindicatos no Brasil**

A hegemonia do neoliberalismo foi um fator fundamental e determinante para a desestruturação dos sindicatos trabalhistas no mundo. Após a ascensão do neoliberalismo, essas entidades perderam grande parte de sua força na acirrada luta de classes e passaram a assumir uma postura defensiva. Isto posto, para compreendermos como e por que o neoliberalismo preconiza o enfraquecimento dos sindicatos trabalhistas, faz-se necessário entender a origem e o papel dessas entidades da classe trabalhadora.

De acordo com Borges (2006), sindicato é uma palavra que surge do francês: *syndic*, que significa “representante de uma determinada comunidade”. Segundo o autor, o sindicato é um fenômeno típico do capitalismo que nasce na fase concorrencial ou industrial desse sistema, quando na Inglaterra está sendo travada uma luta entre as classes sociais da sociedade (burguesia e proletariado), e a classe proletária sente a necessidade de se organizar, surgindo assim os primeiros sindicatos.

Com a mundialização do capital financeiro na década de 1970, os sindicatos também passam a se estender por todo o mundo. Essas entidades são instrumentos necessários para a classe trabalhadora, que possuem o objetivo de organização dessa classe contra o Estado burguês e os abusos que advêm do modo de funcionamento do capitalismo. “Cada nova reivindicação apresentada pelos trabalhadores representa, num primeiro momento, a redução da taxa de mais-valia do patrão. Por isso, depende de luta, de pressão organizada (BORGES, 2006, p. 9).

Quando compreendemos a importância dos sindicatos para a classe trabalhadora conseguimos entender o porquê de o neoliberalismo admitir essas entidades como obstáculos para a sua hegemonia. Além dessas entidades desenvolverem um papel primordial na luta de classes, defendendo incansavelmente a classe trabalhadora e assumindo uma postura anticapitalista, frequentemente elas representam as medidas de um Estado socialdemocrata, ou seja, um Estado intervencionista.

Anderson (1995) discorre que os neoliberais declaravam que foi o poder "excessivo" dos sindicatos que desencadeou a grande crise nos pós II Guerra Mundial. Segundo o neoliberalismo, o movimento operário foi responsável por destruir as bases de acumulação capitalista com as suas incansáveis reivindicações para aumento de salários e para o Estado máximo, o que fez com que fossem aumentados os gastos sociais.

Com as transformações no âmbito do mundo do trabalho concebidas pelos fatores históricos iniciados nos anos de 1970, dando especial destaque para o neoliberalismo, o movimento sindical vai deixando de ter uma postura anticapitalista, que lutava pelos direitos sociais dos trabalhadores, e passa a assumir uma postura defensiva regredindo sua ação de defesa de classe no sistema do capital (ANTUNES, 1999).

Em relação ao Brasil, o sindicalismo viveu na década de 1980 um período de grande fortalecimento, onde houve o nascimento das centrais sindicais como a Central Única dos trabalhadores (CUT), verificou-se uma forte onda grevista, um aumento significativo no número de sindicatos e entre outras medidas que corroboraram para um quadro extremamente positivo do sindicalismo brasileiro (ANTUNES, 1999).

No entanto, nos últimos anos da década de 1980, começou a ser colocada em prática no país as novas medidas políticas, econômicas e ideológicas dessa reestruturação produtiva do capital. Segundo Antunes (1999), a microeletrônica, a robótica e a automação foram fatores que favoreceram o processo de desproletarização, que resultou em um novo movimento sindical brasileiro que busca mais manter a ordem vigente do que assumir uma postura anticapitalista.

Não é preciso dizer que o quadro hoje é agudamente crítico. O sindicalismo da Força Sindical, com forte dimensão político e ideológica, preenche o campo sindical de uma nova direita, da preservação da ordem, da sintonia com o desenho do capital globalizado, que nos reserva o papel de país montador, sem

tecnologia própria, sem capacitação científica, dependente totalmente dos recursos forâneos (ANTUNES, 1999, p. 154).

Com a vitória do governo de Fernando Collor de Melo, no ano de 1989, esse quadro de enfraquecimento do sindicalismo brasileiro é agravado. O então presidente escancara as "portas" do país para o processo de globalização e para os ideais neoliberais. É a partir desse momento que a classe trabalhadora brasileira passa a ser duramente atacada pelo movimento neoliberal (BUSNELLO, 2013).

Ademais, as medidas voltadas para o enfraquecimento dos sindicatos ganham força com os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), seu primeiro governo foi de 1995 a 1998 e o segundo de 1999 a 2002, quando são propostas e empregadas mudanças nas condições de trabalho objetivando trazer uma flexibilização para a relação entre o empregado e o empregador.

Como parte da nova política econômica, o governo Fernando Henrique Cardoso propõe mudança do sistema nacional de relações de trabalho, a fim de permitir maior liberdade e autonomia no estabelecimento das condições de trabalho. O conjunto das medidas adotadas e propostas contém uma alteração significativa dos direitos inscritos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e em outras leis trabalhistas, possibilitando assim que os mesmos sejam objeto de negociação entre as partes (os atores sociais) envolvidas (BUSNELLO, 2013, p.26).

De acordo com Busnello (2013), durante a aplicação dessas medidas, o discurso neoliberal argumentava que as leis que regiam as relações trabalhistas eram muito rígidas e o Estado intervia muito na relação entre o empregado e o empregador. Portanto, era necessário que houvesse uma flexibilização nessa relação, onde seria gerada mais autonomia para ambos (patrão e empregado).

Em face disso, por meio desse discurso e das mudanças nas leis e Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) que ocorreram nesse período, observa-se uma desregulamentação visando diminuir ao máximo a atuação dos sindicatos e do Estado durante os acordos trabalhistas, deixando os trabalhadores sem a proteção social e jurídica do Estado.

Busnello (2013) aponta algumas das mudanças realizadas no âmbito do mundo do trabalho durante os governos de FHC, são elas:

Em 20 de novembro de 1996, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso formalizou a denúncia da Convenção nº 158 da

Organização Internacional do Trabalho (OIT), encerrando “o compromisso anteriormente assumido de cumprir seu conteúdo. ” Desse modo, depois de poucos meses de vigência, retirou-se dos trabalhadores a proteção contra demissões imotivadas. Além disso, enviou-se ao Congresso Nacional um projeto de lei reduzindo o percentual da multa sobre o saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em casos de motivos tecnológicos ou econômicos. Essas duas iniciativas visam, claramente, a facilitar o rompimento do contrato de trabalho ao reduzir a proteção do empregado (BUSNELLO, 2013, p. 38).

Após a entrada e a ascensão dessas medidas neoliberais no país, assiste-se desde então ao desmonte dos direitos sociais que foram duramente conquistados pelo movimento operário nas décadas passadas. Apesar de que após o governo de FHC quem assume a presidência é o Luís Inácio Lula da Silva (Lula), que é um governo que traz a ampliação das políticas sociais, esse governo tem uma postura mediadora entre os interesses da classe trabalhadora e as exigências do mercado (TEXEIRA e PINTO, 2012). Assim, são mantidas muitas das medidas neoliberais que foram implantadas no governo anterior.

No que diz respeito aos ataques à classe trabalhadora e aos sindicatos brasileiro, consideramos que um ímpeto foi realizado por meio da Reforma Trabalhista Brasileira de 2017 realizada no governo ultraneoliberal de Michel Temer (2016-2019), essa reforma foi instituída através da Lei nº 13.467/2017 alterando mais de cem artigos da CLT (AMARAL, 2022 e 2023).

Por meio da análise da Reforma Trabalhista do governo ultraneoliberal de Michel Temer, conseguimos constatar uma enorme flexibilização em todos os direitos do trabalho, principalmente para a remuneração e a jornada de trabalho. Constatamos também a mínima intervenção do Poder Judiciário e da negociação mediante o sindicato na relação entre empregador e empregado.

Podemos então afirmar que essas alterações na CLT retiram a obrigação do Estado em proteger o trabalhador no exercício de suas funções. “A reforma trabalhista, tão bem articulada pela elite burguesa, atacou os sindicatos de uma maneira tão devastadora, que só sua revogação irrestrita é o caminho para uma tentativa de buscar o equilíbrio de forças” (SILVA e DIAS, 2021, p.13).

Ou seja, fica claro que a ofensiva neoliberal das últimas décadas, executada pelo estado burguês conseguiu concretizar seu objetivo, através da reforma trabalhista enfraquecer a organização sindical, tornando a luta de classes ainda mais desigual, com o fiel da balança,

pendendo, obviamente, a favor da elite burguesa proprietária dos meios de produção (SILVA E DIAS, 2021, p.14).

Observa-se, pois, que após a entrada dos ideários neoliberais no Brasil o sindicalismo foi muito enfraquecido, ficando a classe trabalhadora desprovida da proteção que essas entidades promoviam a esta no âmbito do mundo do trabalho. Como bem ressalta Antunes (1999), essas entidades estão vivendo uma crise (a crise do sindicalismo), onde assumem, nos dias atuais, um sindicalismo de negociação, que não possui mais uma postura anticapitalista.

Dito isto, nos encaminhamos agora às considerações finais do nosso estudo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, procuramos mostrar que o sistema sociometabólico do capital em conjuntura de crise estrutural passa a se reproduzir a partir de três dimensões: as inovações tecnológicas, as inovações organizacionais e as inovações sociometabólicas. Essas dimensões transformam o âmbito do mundo do trabalho, trazendo uma nova forma de produção fundamentada na flexibilização, que objetiva capturar a subjetividade do indivíduo que trabalha.

Essas metamorfoses que acontecem no mundo do trabalho impõem para a classe trabalhadora uma fragmentação e a deixam mais complexa e heterogênea. A medida em que o sistema do capital institui novas formas de dominação sobre o processo de trabalho, ele desenvolve uma divisão entre os trabalhadores que segmenta os seus interesses como classe. Além disso, esse sistema se utiliza do enfraquecimento dos sindicatos para afetar a organização política dos trabalhadores.

Ademais, identificamos que o sistema sociometabólico do capital vive acometido por uma crise estrutural desde os anos de 1970. É evidente que essa crise se diferencia de todas as outras vivenciadas até então por se tratar de uma crise que afeta as três dimensões fundamentais do capital: a produção, o consumo e a circulação, essa crise é desencadeada pela irregularidade no funcionamento dessa tripla dimensão interna que colocou em questão os limites absolutos do capital.

Os efeitos gerados a partir da crise estrutural são extremamente prejudiciais para humanidade e ameaça até mesmo a própria existência desta, pois o sistema do capital destrói os elementos naturais vitais para a sobrevivência humana. Outrossim, o desemprego estrutural eclodido por meio dessa crise faz com que a classe trabalhadora precise se submeter a empregos totalmente desprovidos da proteção social e jurídica do Estado, ficando os trabalhadores expostos a trabalhos degradantes onde não há preocupação com a sua saúde mental e/ou física.

A hegemonia do neoliberalismo é um fator que aprofunda a exploração da classe trabalhadora e acentua o poder de uma elite econômica, aumentando, dessa forma, a desigualdade social, pois é um movimento que emerge posto ao Estado intervencionista e de Bem-Estar Social. Além do mais, o movimento neoliberal foi uma das principais razões para o desmantelamento dos sindicatos trabalhistas, um instrumento de luta política essencial para a classe trabalhadora.

A conclusão a que chegamos é que não existe saída para o sistema do capital mediante a conjuntura da crise estrutural, pois esgotaram-se todos os meios da “mão” desse sistema em promover sua revitalização após um período de crise. Em outras palavras, não é mais possível ao capital se utilizar do mecanismo de deslocamento de suas contradições para países dependentes ou para outros setores, fazendo com que as contrações se tornem cumulativas.

Mészáros em seu livro *Para além do capital* elucida que para superar essa crise é necessário a superação do sistema sociometabólico do capital. O teórico afirma que é preciso reorientar as práticas de produção, que somente poderia acontecer sem a existência e a dominação do capital sobre o processo do trabalho. Para tanto, é fundamental a adoção de uma consciência crítica, onde seja buscada uma nova ordem social viável e não garantias e soluções a curto prazo para o sistema sociometabólico do capital, que resultarão na detonação de problemas estruturais na humanidade.

Mészáros quando pontua a distinção entre capitalismo e capital afirma que para conseguir superar efetivamente o sistema sociometabólico do capital é necessário que as tentativas estejam voltadas para o enfrentamento do capital, que é uma estrutura totalizadora, e não somente direcionada ao capitalismo tendo em vista que o MPC é somente uma forma adquirida pelo capital.

Em conclusão, afirmamos que realizar essa pesquisa foi de extrema importância, pois possibilitou ampliar o conhecimento acerca da natureza e do modo de funcionamento do sistema do capital, como também o entendimento acerca das metamorfoses do mundo trabalho e os seus diversos impactos para a classe trabalhadora. Além disso, o estudo dessa temática é essencial para a atuação profissional do (a) assistente social, pois permite compreender o funcionamento do mundo na contemporaneidade, o que é fundamental para esses profissionais que atuam para combater os males sociais.

## REFERÊNCIAS

AUDITORIA CIDADÃ. **Orçamento federal.** Disponível em: <https://auditoriacidadada.org.br/categoria-conteudo/graficos/>. Acesso em: 11 de setembro de 2023.

Bureau of Labor Statistics, Departamento do Trabalho dos EUA, The Economics Daily. **Taxa de desemprego sobe para um recorde de 14,7% em abril de 2020.** Disponível em: <https://www.bls.gov/opub/ted/2020/unemployment-rate-rises-to-record-high-14-point-7-percent-in-april-2020.htm>. Acesso em: 06 de agosto de 2023.

IBGE. **Com pandemia, 20 estados têm taxa média de desemprego recorde em 2020.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30235-com-pandemia-20-estados-tem-taxa-media-de-desemprego-recorde-em-2020>. Acesso em: 07 de agosto de 2023.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais 2019.** Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/f1404e8068f13a84a-53a9d0b7ca997e3.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/f1404e8068f13a84a-53a9d0b7ca997e3.pdf). Acesso em: 21 de setembro de 2023.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva do capital: notas teórico-metodológicas.** O Público e o Privado, v. 11, p. 9 - 20, 2008.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalis-mo manipulatório.** São Paulo: Biotempo, 2008.

ALVES, Giovanni; ANTUNES, Ricardo. **As mutações do mundo do trabalho na era da mundialização do capital.** Vol. 25, n. 87, p. 335-351. São Paulo, 2004.

ALVES, Giovanni; WOFF, Simone. **Capitalismo global e o advento das empresas-rede: contradições do capital na quarta idade da máquina.** Vol. 20, N° 51. Salvador, 2007, p. 515-528.

AMARAL, Maria V.B. **Trabalho, tecnologia, legislação trabalhista e direitos dos trabalhadores no Brasil.** Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) 2022-2023, Alagoas.

ANDERSON, Perry. **Balanco do neoliberalismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 1999.

BARROS, Albadi de; BARBOSA, Maria Lucilene; ALVES, Bianca Gomes. **Refletindo sobre o welfare state e a crise estrutural do capital.** v. 2, N°1, p. 87-102. Maceió, 2014.

BORGES, Altamiro. **Origem e papel dos sindicatos**. In: I Modulo do Curso Centralizado de Formação Política. Brasília, 2006.

BUSNELLO, Ronaldo. **Reestruturação produtiva e flexibilização dos direitos trabalhistas**. Revista Direito Em Debate, 2013.

CARVALHO, Elaci Costa Ferreira de. **A crise estrutural do capital segundo o filósofo húngaro istván mézszáros e seus reflexos na educação**. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutaqua/article/view/3602>. Acesso em: 05 de junho de 2023.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

HARVEY, David. **O neoliberalismo história e implicações**. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LESSA, Sérgio. **Capital e o Estado de bem-estar: o caráter de classe das políticas públicas**. Instituto Lukács. São Paulo, 2013.

MARTINELLI, Maria Lucia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Vol. I. Tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MATOS, Thaís. Em 5 anos, real perdeu 30% do seu poder de compra. **G1 economia**, 20, nov, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/05/04/em-5-anos-real-perdeu-quase-30percent-de-seu-poder-de-compra.ghtml>. Acesso em: 07, ago e 2023.

MÉSZÁROS, Istiván. **A crise estrutural da política**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/meszarus/2006/05/04.htm>. Acesso em: 05 de junho de 2023.

MÉSZÁROS, Istiván. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, Istiván. **Para além do capital – rumo a uma teoria de transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, Paulo José; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo, Cortez: 2006.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. **Mészáros e a incontrollabilidade do capital**. 2. ed. São Paulo, Instituto Lukács, 2012.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

RABELO, Josefa Jackline; SEGUNDO, Maria das Dôres Mendes. **Análise da crise estrutural do capital à luz de István Mészáros**. Educação em debate, 2004.

ROSSI, Rafael. **Crise estrutural do capital: e o trabalho como fica?**. Revista de Geografia V. 35, N°. 2. Recife, 2018.

SILVA, Giovane da; DIAS, Mariana Andreotti. **O neoliberalismo desmontou os sindicatos?**. Disponível em: <https://repositorio.uninter.com/bitstream/handle/1/671/SILVA%2C%20Giovane%20da.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 de agosto de 2023.

TEIXEIRA, F.J. “**O Neoliberalismo em Debate**”. In: TEIXEIRA, F.J. e OLIVEIRA, M.A. de (org.) Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva – as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez Editora; Fortaleza: UECE, 1996.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. **A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco de poder e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, 2012.

UGÁ, Antonio. **Resgatando clássicos com Cristina Paniago: István Mészáros**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iyTW28PaRuw>. Acesso em: 15 de junho de 2023.

UNILAB. **MEC anuncia corte de 20% no orçamento 2017 das universidades federais**. Disponível em: <https://unilab.edu.br/2016/08/12/mec-anuncia-corte-de-20-no-orcamento-2017-das-universidades-federais/>. Acesso em: 30 de agosto de 2023.

VALENTIM, Erika Cordeiro do Rêgo Barros; PERUZZO, Juliane Feix. **A ideologia empreendedora: ocultamento da questão de classe e sua funcionalidade ao capital**. Temporalis, n. 34. Brasília, 2017.